



Psicologia Histórico-Cultural

Coleção

***Educação do campo, das águas e das florestas:
tecendo currículos de formação de professores
no contexto amazônico***

Gizelly de Carvalho Martins



editora
UEA



PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

GIZELLY DE CARVALHO MARTINS

Governo do Estado do Amazonas

Wilson Miranda Lima
Governador

Universidade do Estado do Amazonas

André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-reitora

Fábio Carmo Plácido Santos
Pró-reitor de Ensino de Graduação

Roberto Sanches Mubarak Sobrinho
Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Darlisom Sousa Ferreira
**Pró-reitor de Extensão e Assuntos
Comunitários**

Isaque dos Santos Sousa
Pró-reitor de Planejamento

Nilson José de Oliveira Junior
Pró-reitor de Administração

Valber Barbosa Martins
Pró-reitor de Interiorização

Núcleo de Educação a Distância - NEAD

Maria do P. Socorro Nóbrega Ribeiro
Coordenadora Geral NEAd/UAB/UEA

Universidade Aberta do Brasil -UAB

Raimundo N. A. da Silva
Coordenador adjunto da UAB/UEA

Escola Normal Superior

Márcio Gonçalves dos Santos
Diretor

Daniele Mariam
Coordenadora de Qualidade

Licenciatura em Pedagogia do Campo

Lucinete Gadelha da Costa
**Coordenadora do Curso e do Núcleo de
Educação do Campo, das Águas e das
Florestas da Escola Normal
Superior/UEA**

Núcleo Docente Estruturante

Lucinete Gadelha da Costa
Presidente

Maria Edeluza Ferreira Pinto de Moura
Vanderlete Pereira da Silva
Raimundo Sidney dos Santos Campos
Leni Rodrigues Coelho
Membros

*editora***UEA**

Isolda Prado de Negreiros Nogueira
Horstmann
Diretora

Maria do Perpetuo Socorro Monteiro de
Freitas
Gerente

Wesley Sá
Editor Executivo

Raquel Maciel
Produtora Editorial

Isolda Prado de Negreiros Nogueira
Horstmann (Presidente)
Adriana Távora de Albuquerque Taveira
Carlos Mauricio Seródio Figueiredo
Gislaine Regina Pozzetti
Josefina Diosdada Barrera Khalil
Katell Uguen
Orlem Pinheiro de Lima
Sílvia Regina Sampaio Freitas
Vanúbia Araújo Laulate Moncayo
Conselho Editorial

André Teixeira
Isadora Lopes
Sindell Amazonas
Revisão e preparação de texto

Clarice Martins
Nicole Rocha
Produção de capa

Todos os direitos reservados © Universidade do Estado do Amazonas
Permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte

Esta edição foi revisada conforme as regras do Novo Acordo
Ortográfico da Língua Portuguesa

M379p
2025

Martins, Gizzely de Carvalho
Psicologia histórico-cultural/ Gizzely de Carvalho Martins.
1. ed. – Manaus (AM): Editora UEA, 2025.
74 p.: il., color.; [E-Book] - (Coleção Educação do campo, das
águas e das florestas: tecendo currículos de formação de
professores no contexto amazônico.)
ISBN: 978-85-7883-756-3

Inclui referências bibliográficas

1. Psicologia. 2. Ciência e educação. 3. Práticas pedagógicas.
4. Construção humana. I. Título.

CDU 1997- 159.9

Elaborada pela bibliotecária Sheyla Lobo Mota-11/CRB 484



*editora***UEA**

Av. Djalma Batista, 3578 – Flores | Manaus – AM – Brasil
CEP 69050-010 | +55 92 38784463
editora.uea.edu.br | editora@uea.edu.br

SUMÁRIO

UNIDADE I	6
1. A PSICOLOGIA ENQUANTO CIÊNCIA E A EDUCAÇÃO DO CAMPO	6
A PSICOLOGIA ENQUANTO CIÊNCIA	6
PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL	9
A ATIVIDADE HUMANA NA CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE	13
SUBJETIVIDADE HUMANA	17
EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUA HISTÓRIA	19
ORIGENS HISTÓRICAS.....	22
INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO	22
ESCOLAS RURAIS	23
MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DO CAMPO	24
CONCEPÇÕES E CONCEITOS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	27
CULTURA CAMPESINA	29
EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO DIREITO HUMANO	31
PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA	32
EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS	40
AVANÇOS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	40
UNIDADE II	43
2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO	43
EDUCAÇÃO DO CAMPO ENQUANTO LOCAL DE DIREITOS	43
EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS LEGISLAÇÕES	44
DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	46
IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	51
UNIDADE III	55
3. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO	55
CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM QUE SUBSIDIAM A EDUCAÇÃO DO CAMPO	55
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM SALA DE AULA E NA COMUNIDADE	58
PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO PARA EDUCAÇÃO CAMPESINA	63
PLANEJAMENTO	64
AVALIAÇÃO	64
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: FORMAÇÃO POR ÁREA DE CONHECIMENTO E INTERDISCIPLINARIDADE	65
CONTEXTUALIZAÇÃO E RELEVÂNCIA.....	65
INTEGRAÇÃO DE CONHECIMENTOS.....	66

DIÁLOGO DE SABERES	66
PEDAGOGIA PARTICIPATIVA	66
CICLOS FORMATIVOS.....	66
EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA	66
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGROECOLOGIA	66
LÍNGUA E CULTURA.....	67
EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EQUITATIVA	67
AVALIAÇÃO FORMATIVA E CONTEXTUALIZADA.....	67
ESCOLA DO CAMPO E GESTÃO DEMOCRÁTICA	67
UM POUCO MAIS SOBRE O CAMPO	69
REFERÊNCIAS.....	72
OUTROS SITES E REFERÊNCIAS.....	74
SOBRE A AUTORA	75

UNIDADE I

1. A PSICOLOGIA ENQUANTO CIÊNCIA E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

“Ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”

Paulo Freire, 1981, p. 79

A PSICOLOGIA ENQUANTO CIÊNCIA

A psicologia trata-se de uma ciência que possui uma abordagem crítica que entende o ser humano em sua totalidade, considerando as dimensões sociais, históricas e culturais. A renomada psicóloga brasileira, Ana Mercês Bahia Bock, adota uma visão ampla da psicologia, fortemente influenciada pelas ideias de Vygotsky e pela teoria Histórico-Cultural.

Na perspectiva de Bock *et al.* (2022), a psicologia não deve ser vista apenas como uma ciência que estuda processos mentais de forma isolada, mas sim como uma abordagem que precisa considerar o indivíduo em seu contexto social e histórico. Ela enfatiza que o comportamento humano é resultado das interações sociais e das condições históricas em que os indivíduos estão inseridos.

Além disso, a psicologia deve estar comprometida com a transformação social, buscando contribuir para a melhoria das condições de vida das pessoas. Ela critica as abordagens que desconsideram o contexto social e que tratam o ser humano de forma reducionista, sem levar em conta as influências externas que moldam a subjetividade. Por isso, a psicologia se constitui como uma ciência que deve ser crítica, reflexiva e comprometida com a sociedade, considerando sempre o contexto em que o indivíduo vive e se desenvolve.

Os psicólogos utilizam métodos de pesquisa e análise para examinar uma ampla variedade de tópicos, incluindo emoções, cognição, personalidade, desenvolvimento ao longo da vida, interações sociais, saúde mental, psicopatologia, motivação, entre outros.

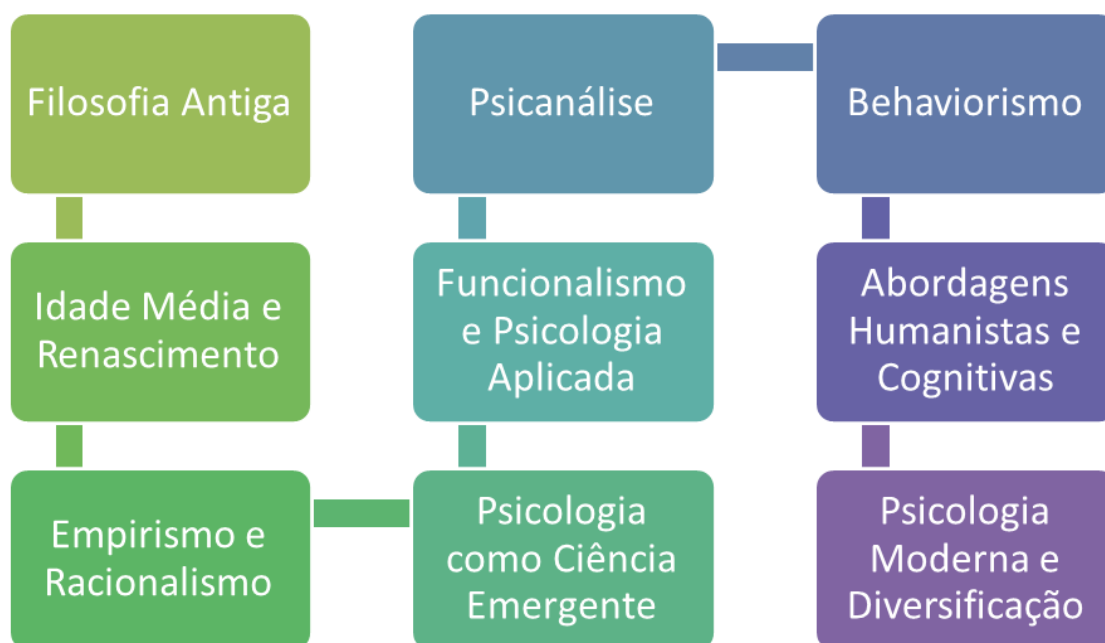
Ela está preocupada com a exploração e o entendimento de como os fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais interagem para influenciar o comportamento humano.

Além disso, a psicologia também é aplicada em várias áreas práticas, como saúde mental, educação, psicologia clínica, psicologia do trabalho, esportes, neuropsicologia, entre outras. Os profissionais da psicologia, conhecidos como psicólogos, podem trabalhar em diversos ambientes, desde clínicas e hospitais até escolas, empresas e organizações.

No geral, a psicologia busca responder a uma ampla gama de perguntas sobre o que nos torna humanos, como percebemos o mundo ao nosso redor, como nos desenvolvemos ao longo da vida e como podemos melhorar nossa qualidade de vida e bem-estar emocional (Lustosa, 2010).

Aqui está um resumo das principais fases da psicologia, segundo os estudos de Lustosa (2010), e contribuições ao longo dessa jornada, conforme a figura abaixo:

Figura 1- Principais fases da psicologia



Fonte: Elaboração da autora, 2023

Filosofia Antiga: Os pensadores gregos antigos, como Sócrates, Platão e Aristóteles, exploraram conceitos relacionados à mente e ao comportamento humano. Aristóteles, por exemplo, escreveu extensivamente sobre a memória, percepção, emoções e aprendizado.

Idade Média e Renascimento: Durante a Idade Média, a psicologia não era uma disciplina formal, mas alguns pensadores como Santo Agostinho e Tomás de Aquino abordaram temas psicológicos em contextos religiosos e filosóficos. No Renascimento, a observação da natureza humana começou a ganhar mais atenção.

Empirismo e Racionalismo: No século XVII, filósofos como John Locke (empirista) e René Descartes (racionalista) influenciaram a compreensão da mente e do conhecimento. Locke enfatizou a experiência sensorial como base do conhecimento, enquanto Descartes separou a mente do corpo e defendeu a existência de ideias inatas.

Psicologia como Ciência Emergente: No século XIX, a psicologia começou a se afastar da filosofia e a se estabelecer como uma ciência independente. Wilhelm Wundt é frequentemente considerado o pai da psicologia experimental, fundando o primeiro laboratório de psicologia em Leipzig, Alemanha, em 1879. Ele se concentrou em estudar os processos mentais básicos por meio da introspecção controlada.

Funcionalismo e Psicologia Aplicada: O funcionalismo, liderado por William James, surgiu nos Estados Unidos como uma alternativa ao estruturalismo de Wundt. O funcionalismo se concentrou na função adaptativa dos processos mentais e comportamentos. Além disso, a psicologia aplicada começou a ganhar destaque, com pioneiros como G. Stanley Hall, que fundou a *American Psychological Association* (APA), em 1892.

Psicanálise: Sigmund Freud introduziu a psicanálise no final do século XIX, enfatizando a importância do inconsciente, dos desejos reprimidos e dos processos psicológicos subjacentes aos comportamentos humanos.

Behaviorismo: Na primeira metade do século XX, o behaviorismo, liderado por John B. Watson e B.F. Skinner, ganhou destaque. O behaviorismo rejeitou a introspecção em favor do estudo observável do comportamento e das respostas aos estímulos.

Abordagens Humanistas e Cognitivas: A segunda metade do século XX trouxe a ascensão das abordagens humanistas, com destaque para Abraham Maslow e Carl Rogers, que enfatizaram a importância do crescimento pessoal e da autorrealização. A abordagem cognitiva, que se concentra nos processos de pensamento e raciocínio, também ganhou terreno, com contribuições de Jean Piaget e Albert Bandura.

Psicologia Moderna e Diversificação: A psicologia moderna abrange uma ampla gama de subcampos, como psicologia clínica, psicologia social, psicologia do desenvolvimento, neurociência cognitiva, psicologia organizacional e muito mais. A

pesquisa e a prática psicológicas abordam diversas áreas, desde saúde mental até educação, comportamento humano em grupos e até mesmo a interseção entre psicologia e tecnologia.

Nesse contexto, a concepção de psicologia de Lev Vygotsky, um dos principais teóricos da psicologia do desenvolvimento, é centrada na ideia de que o desenvolvimento humano é profundamente influenciado pelo contexto social e cultural. Vygotsky, fundador da teoria histórico-cultural da psicologia, enfatiza o papel fundamental das interações sociais e da cultura no desenvolvimento cognitivo e na formação da consciência.

Assim, constata-se que a história da psicologia continua a evoluir, com avanços constantes na compreensão da mente humana e do comportamento. Ela abrange uma ampla gama de teorias, abordagens e métodos de pesquisa, refletindo a complexidade da experiência humana, como exemplo, a Psicologia Histórico-Cultural, na qual reconhece que o desenvolvimento humano é um processo profundamente interligado às interações sociais e às influências culturais.

PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

A psicologia histórico-cultural, também conhecida como psicologia sócio-histórica, é uma abordagem da psicologia que se concentra na interação entre o indivíduo e o contexto sociocultural em que ele está inserido. Essa abordagem enfatiza a importância do ambiente social, histórico e cultural na formação e no desenvolvimento das capacidades cognitivas, emocionais e sociais dos indivíduos.

Figura 1 - VYGOSTSKY



Fonte: <https://www.psychologs.com/lev-vygotsky-and-his-contribution-to-psychology/>

A psicologia histórico-cultural foi desenvolvida principalmente pelo psicólogo russo Lev Vygotsky (1896-1934) e seus colaboradores.

Essa abordagem rejeita a ideia de que o desenvolvimento humano ocorre apenas em termos de maturação biológica ou influências ambientais diretas, e destaca a importância das interações sociais e culturais na formação da mente e do comportamento (Bock *et al.*, 2022).

A abordagem sócio-histórica tem sido aplicada em diversas áreas, incluindo educação, psicologia clínica, desenvolvimento infantil e pesquisa sobre aprendizado e cognição. Ela oferece uma perspectiva rica e interconectada sobre como o indivíduo e o ambiente interagem para moldar a mente e o comportamento.

Figura 2 – Pontos importantes da abordagem sócio-histórica

ABORDAGEM SÓCIO-HISTÓRICA

- ✓ **Fundamentada nos pressupostos da teoria marxista: dialética, histórica e materialista** – Superação do modelo científico moderno: ciência experimental, empírica e quantitativa e Compreensão do homem como tendo o trabalho como centro (Natureza X Cultura)
- ✓ **Vigotski** - fundador da Escola Soviética de Psicologia Histórico-cultural incentiva a produção de uma **Psicologia Dialética** – concebe o homem como ativo, social, histórico (em constante mudança).
- ✓ A THC Surgiu no início do século XX e ficou restrita ao leste Europeu até os anos 60, **chegou ao Brasil nos anos 80** através da **Psicologia Social** e da **Psicologia da Educação (Psicologia Sócio-Histórica)**.

Fonte: Tavares, 2018

Ademais, essa abordagem destaca como as experiências individuais são desenvolvidas pelas influências sociais, culturais e históricas que cercam o indivíduo.

Figura 3 – Linguagem e pensamento

Vigotski defendia que...

✓ **As funções superiores (Fenômeno Psicológico) do homem NÃO podem ser vistas apenas como resultado da maturação de um organismo que já possui, em potencial, tais capacidades.**

✓ **O Fenômeno Psicológico (controle consciente do comportamento, intencionalidade da ação e liberdade de ação) – Não é natural, não preexiste ao homem, reflete a condição social, cultural e econômica que o homem vive.**

A linguagem e o pensamento humano têm origem social.

Fonte: Tavares, 2018

Nessa perspectiva, um conceito proposto por Zoia Prestes, uma psicóloga brasileira e pesquisadora influenciada pelas ideias de Lev Vygotsky, amplia a compreensão do desenvolvimento cognitivo, ao considerar não apenas o que o aluno pode fazer com assistência imediata, mas também o potencial que está prestes a emergir em seu processo de aprendizado. Denominamos este processo como Zona de Desenvolvimento Iminente (ZDI). Segundo Prestes (2010), isso reflete uma visão mais dinâmica e prospectiva da educação, onde o foco é não só no desenvolvimento atual, mas também nas capacidades que estão por vir.

Figura 4 – Processo de aprendizagem



Fonte: Adaptado de Prestes, 2010

Ressignificação da ZDP: Enquanto a Zona de Desenvolvimento Proximal de Vygotsky se refere ao espaço entre o que uma criança pode fazer sozinha e o que ela pode realizar com ajuda, a Zona de Desenvolvimento Iminente se propõe a explorar o que está prestes a ser aprendido, o que é iminente no processo de desenvolvimento. É uma ampliação do conceito original de Vygotsky, focando não apenas no presente, mas no que está prestes a se manifestar na aprendizagem do aluno.

Potencial de Desenvolvimento Futuro: A ZDI coloca ênfase no que está prestes a ser desenvolvido, ou seja, nas habilidades e conhecimentos que ainda não foram totalmente consolidados, mas que estão no processo de se tornar parte das competências do indivíduo. Prestes vê essa zona como um espaço de potencial que precisa ser trabalhado e cultivado pela educação.

Abordagem Prospectiva: Diferente da ZDP, que se concentra em intervenções imediatas para apoiar o aprendizado, a ZDI é mais prospectiva, pois se preocupa com o desenvolvimento futuro e com o que está para emergir na competência do indivíduo. Essa abordagem incentiva os educadores a planejar atividades e intervenções que não apenas atendam às necessidades atuais dos alunos, mas que também estimulem o desenvolvimento de habilidades que estão para ser adquiridas.

Processo de Aprendizagem Dinâmico: A ZDI reconhece o aprendizado como um processo contínuo e dinâmico. Em vez de ver o desenvolvimento como algo que acontece em etapas fixas

e previsíveis, a ZDI entende que o aprendizado é um movimento constante em direção a novas habilidades e conhecimentos. Ela promove uma visão onde o desenvolvimento está sempre "em construção", prestes a se expandir e a incorporar novos elementos.

Implicações para a Educação: Para a prática pedagógica, a ZDI sugere que os educadores devem estar atentos ao potencial futuro de seus alunos, criando condições para que as novas aprendizagens iminentes possam emergir. Isso significa não apenas fornecer suporte onde o aluno já mostra competência, mas também criar desafios e oportunidades que permitam que novas habilidades surjam e se consolidem.

Contexto Cultural e Social: Assim como na teoria de Vygotsky, a ZDI também considera o papel crucial do contexto social e cultural no desenvolvimento do indivíduo. O que está iminente no desenvolvimento de um aluno é influenciado pelas interações sociais e pelo ambiente cultural em que ele está inserido. Portanto, a ZDI não é apenas um conceito individual, mas também relacional e cultural.

A abordagem da psicologia histórico-cultural tem sido influente na compreensão do desenvolvimento infantil, na educação, na psicoterapia e em outras áreas. Ela destaca a importância de considerar o contexto cultural e social ao analisar o comportamento humano e tem sido aplicada para entender como a educação, a linguagem e a cultura afetam o desenvolvimento cognitivo e social dos indivíduos. Por isso, essa abordagem sugere que os educadores devam olhar além do que o aluno já é capaz de fazer, para o que ele está prestes a conseguir, planejando intervenções que incentivem e promovam o desenvolvimento futuro, especificamente na educação campesina, curso este na qual traz um enfoque sobre uma realidade cultural específica.

A ATIVIDADE HUMANA NA CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE

Na perspectiva da abordagem sócio-histórica, a atividade humana é amplamente constituída pelo uso de instrumentos e signos. Esses elementos desempenham papéis cruciais no desenvolvimento e na interação dos seres humanos com o mundo ao seu redor (Luria, 1991; Leontiev, 1978).

Sobre isso, os instrumentos e signos são elementos fundamentais que mediam a relação do indivíduo com o mundo e desempenham papéis cruciais no desenvolvimento cognitivo. Aqui estão alguns exemplos de instrumentos e signos de acordo com essa perspectiva:

Instrumentos – têm a característica de fazer da relação do homem com o seu espaço social uma relação indireta. Os instrumentos são criados pelo homem para ampliar suas possibilidades de transformação da natureza. Além disso, possuem um objetivo específico e representam a história do trabalho coletivo – Formação de Cultura. Tais como:

Livros e outros materiais educacionais.

São instrumentos culturais que mediatizam o acesso ao conhecimento e ao desenvolvimento intelectual.

Figura 6 – Material didático



Fonte: <https://www.shutterstock.com/pt>

Eles representam o saber acumulado e permitem que novas gerações adquiram conhecimento de forma mais rápida e organizada.

Figura 7 - Tecnologias



Fonte: <https://www.shutterstock.com/pt>

Computadores, smartphones e calculadoras.

Estas são ferramentas modernas que expandem as capacidades cognitivas dos indivíduos. Por exemplo, os computadores permitem o processamento de grandes volumes de informações, a resolução de problemas complexos e a comunicação instantânea, o que modifica significativamente as formas de pensamento e aprendizado.

Sobre isso, Lev Vygotsky (2001) atribui grande importância à linguagem como signo fundamental no desenvolvimento do pensamento lógico e racional. Em sua teoria, a língua é vista não apenas como um meio de comunicação, mas como uma ferramenta psicológica central que mediatiza o pensamento e a consciência, ou seja, a relação entre linguagem e pensamento é complexa e dialética, desempenhando um papel crucial na formação das funções mentais superiores.

Figura 5 - Movimento

Segundo Vigotski...

- ✓ Os fenômenos psicológicos devem ser estudados como **processos em permanente movimento e transformação.**
- ✓ O homem **constitui-se e se transforma ao atuar sobre a natureza** com sua **ATIVIDADE** e seus **INSTRUMENTOS** e **SIGNOS.**

A mudança individual tem sua raiz nas condições sociais de vida.



Fonte: Adaptado pela autora

A abordagem sócio-histórica enfatiza como os instrumentos e os signos são partes integrantes da atividade humana, conectando os indivíduos ao ambiente cultural e social em que vivem. Por isso, a educação do campo no viés histórico-cultural significa reconhecer e valorizar as particularidades culturais, sociais e históricas das comunidades rurais.

Nessa perspectiva, ela deve ser contextualizada, colaborativa e mediada por instrumentos e signos culturais, visando não apenas a transmissão de conhecimento, mas também a transformação social e o fortalecimento da identidade rural. Isso implica um compromisso com uma educação que respeite e promova o desenvolvimento integral dos alunos do campo, em diálogo constante com suas realidades e saberes. Tais instrumentos não apenas facilitam a interação, mas também promovem o desenvolvimento cognitivo, a comunicação e a compreensão do mundo.

SUBJETIVIDADE HUMANA

O conceito de subjetividade é fundamental na psicologia e refere-se à formação e desenvolvimento da identidade individual, das experiências emocionais, das percepções e dos processos cognitivos únicos de cada pessoa. A subjetividade é o que torna cada indivíduo único, influenciando como eles percebem o mundo, se relacionam com os outros e interpretam suas próprias experiências (Ciampa, 1984).

Figura 6 - Formação de cultura e subjetividade

Formação de cultura e subjetividade

- Pensamento é a internalização de marcas externas.



- Crianças vivem em determinadas culturas e vão tornar-se adultos que vão operar psicologicamente de um modo específico, de acordo com os modos culturalmente estruturados.



- Todos os elementos de uma cultura são carregados de significados.

Fonte: Tavares, 2018

A abordagem sócio-histórica, que discutimos anteriormente, é uma teoria que também desempenha um papel na compreensão da constituição da subjetividade, visto que enfatiza o papel do ambiente social e cultural nesse processo. Em suma, a constituição da subjetividade é um processo multifacetado que envolve interações sociais, culturais e pessoais ao longo do tempo.

Ela desenvolve a maneira como vemos o mundo, como nos vemos e como nos relacionamos com os outros. A abordagem sócio-histórica, juntamente com outras perspectivas da psicologia, ajuda a compreender os fatores que contribuem para a formação dessa subjetividade única em cada indivíduo.

Na psicologia Histórico-Cultural, a atividade, a identidade e a consciência são conceitos inter-relacionados que ajudam a compreender o desenvolvimento humano e a

interação entre indivíduos e seu contexto social e cultural.

Quadro 1 - Conceitos

ATIVIDADE

É um conceito central na psicologia Histórico-Cultural e refere-se a ações e práticas mediadas por instrumentos e signos culturais. Vygotsky vê a atividade como a unidade fundamental do desenvolvimento, onde os indivíduos interagem com o ambiente e com outras pessoas para alcançar objetivos e resolver problemas.

A atividade é mediada por ferramentas e signos, como a linguagem e os objetos culturais. Essas mediações permitem que os indivíduos realizem tarefas e adquiram habilidades. Através da atividade, as pessoas internalizam conhecimentos e práticas culturais, promovendo o desenvolvimento cognitivo e social.

CONSCIÊNCIA

A consciência, para Vygotsky, é o resultado do desenvolvimento das funções mentais superiores, que emergem através da interação social e da mediação cultural. Ela se desenvolve à medida que os indivíduos internalizam os signos e as práticas culturais, permitindo-lhes refletir sobre suas próprias ações e pensamentos.

Portanto, a consciência é uma construção socialmente mediada, que se desenvolve através das interações e das práticas culturais.

IDENTIDADE

A identidade é vista como um processo dinâmico que se desenvolve através das interações sociais e culturais. É formada e reformulada conforme os indivíduos participam de práticas culturais e sociais, internalizando os significados e valores de sua comunidade.

A modificação da identidade é realizada por meio da mediação cultural, onde signos e ferramentas culturais, como a linguagem, desempenham um papel crucial. Através dessas mediações, os indivíduos constroem sua autoimagem e seu papel social, refletindo e adaptando-se às normas e valores culturais.

Fonte: Adaptado de CIAMPA, 1984

Desse modo, a educação vai além da simples transmissão de conhecimentos, buscando respeitar e integrar os saberes locais, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos através de uma prática pedagógica contextualizada e colaborativa. Ao valorizar as particularidades do campo, a educação também se torna um meio de transformação social e de fortalecimento da identidade rural, garantindo que o processo de ensino-aprendizagem esteja em constante diálogo com as realidades e necessidades das comunidades rurais.

EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUA HISTÓRIA

A Educação do Campo é um conceito e uma modalidade educacional que se concentra nas necessidades e realidades específicas da população que vive em áreas rurais ou em contextos agrários. Essa modalidade reconhece as particularidades das comunidades rurais, valorizando suas tradições, culturas, práticas agrícolas e formas de vida, ao mesmo tempo em que busca proporcionar uma educação de qualidade que respeite e atenda às suas demandas.

Essa concepção educacional surgiu como uma resposta às desigualdades históricas existentes entre o meio rural e o urbano, especialmente em países em desenvolvimento.

Figura 6 - Movimento de agricultores



Fonte: mpabrazil.org.br

A Educação do Campo busca superar a exclusão educacional e social que muitas vezes afeta os povos rurais, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e garantindo o acesso a uma educação adequada, contextualizada e relevante para suas vidas. Para a teoria vigotskiana, existe uma relação profunda com a educação do campo, pois oferece uma base

epistemológica que valoriza o contexto social, cultural e histórico no qual os indivíduos estão inseridos, elementos centrais para a educação em comunidades rurais.

Segundo Caldart (2009):

A Educação do campo nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo. Esta crítica nunca foi à educação em si mesma porque seu objeto é a realidade dos trabalhadores do campo, o que necessariamente a remete ao trabalho e ao embate entre projetos de campo que têm consequências sobre a realidade educacional e o projeto de país. Ou seja, precisamos considerar na análise que há uma perspectiva de totalidade na constituição originária da Educação do campo (p. 39).

Quando as políticas atribuídas à população rural foram pensadas, seguiram modelos utilizados para o contexto urbano, como as metodologias, materiais didáticos, livros, programas, professores e exemplos fora da realidade do público rural. Desse modo, nunca foi pensada uma educação capaz de garantir uma representatividade na vida destas populações e indivíduos que delas fazem parte.

A relação entre o campo e a cidade é um tema importante e complexo, que envolve diversas dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais. Essa relação é uma característica intrínseca das sociedades humanas e influencia significativamente o funcionamento das comunidades e a dinâmica das nações.

Em resumo, entender essa interdependência¹ é fundamental para desenvolver políticas públicas e práticas que promovam um equilíbrio sustentável entre as áreas rurais e urbanas, valorizando a cultura, preservando o meio ambiente e promovendo o bem-estar da população em geral (Viero; Medeiros, 2018).

Abaixo, estão alguns aspectos dessa relação:

Quadro 2 – Aspectos da interdependência

Intercâmbio econômico: A cidade e o campo possuem uma relação de interdependência econômica. O campo é responsável pela produção de alimentos, matérias-primas agrícolas e recursos naturais utilizados nas cidades. Por outro lado, a cidade fornece bens e serviços industriais, além de ser o principal mercado consumidor dos produtos rurais.

¹ Estado ou qualidade de duas pessoas ou coisas ligadas entre si por uma recíproca dependência, em virtude da qual realizam as mesmas finalidades pelo auxílio mútuo ou coadjuvação recíproca. (Oxford, 2021)

Urbanização e migração: A urbanização é o processo de crescimento das cidades, à medida que mais pessoas migram das áreas rurais para os centros urbanos em busca de melhores oportunidades de trabalho, educação e qualidade de vida. Isso influencia na configuração demográfica das regiões e pode gerar desafios como a ocupação desordenada do espaço urbano.

Desenvolvimento regional: O desenvolvimento econômico e social em uma nação muitas vezes está relacionado à integração harmoniosa entre campo e cidade. O crescimento de uma economia urbano-industrial pode depender das matérias-primas e dos alimentos provenientes do campo. Ao mesmo tempo, o campo pode se beneficiar do acesso a serviços e infraestruturas disponíveis nas cidades.

Diferenças culturais: O campo e a cidade muitas vezes possuem culturas e estilos de vida distintos. A cultura rural pode estar mais associada às tradições, práticas agrícolas e valores comunitários, enquanto a cultura urbana pode ser mais diversificada, cosmopolita e aberta a novas influências.

Questões ambientais: A expansão urbana pode levar ao avanço sobre áreas rurais e de preservação ambiental, causando impactos ambientais negativos. A relação entre campo e cidade deve incluir uma abordagem sustentável para garantir a preservação dos recursos naturais e o equilíbrio entre os ecossistemas rurais e urbanos.

Acesso à educação e serviços: Muitas vezes, as cidades têm maior oferta de serviços educacionais, de saúde e de infraestrutura em comparação ao campo. Essa disparidade pode levar à exclusão social e à desigualdade de oportunidades entre a população urbana e rural.

Valorização cultural: A valorização da cultura do campo é importante para preservar tradições, saberes e identidades locais, evitando a perda de conhecimentos tradicionais e a homogeneização cultural.

Fonte: Adaptado de Maluf; Flexor, 2017

Dessa forma, a teoria vigotskiana propõe uma educação que não apenas transmite conhecimento, mas também empodera as comunidades rurais, fortalecendo sua identidade e promovendo a transformação social. Isso é essencial para uma educação do campo que busca ser contextualizada, inclusiva e promotora de desenvolvimento integral.

A história da Educação do Campo está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento das sociedades agrárias e às demandas educacionais específicas das populações rurais ao

longo do tempo. Aranha (2006) define que:

estudar a educação e suas teorias no contexto histórico em que surgiram, para observar a concomitância entre suas crises e as do sistema social, não significa, porém, que essa sincronia deva ser entendida como simples paralelismo entre fatos da educação e fatos políticos e sociais. Na verdade, as questões de educação são engendradas nas reações que se estabelecem entre as pessoas nos diversos segmentos da comunidade. A educação não é, portanto, um fenômeno neutro, mas sofre efeitos do jogo do poder, por estar de fato envolvida na política (p. 24).

Assim, constata-se que as mudanças presentes na Educação do Campo foram essenciais para a formação da sociedade em aspectos culturais, econômicos, históricos e sociais, permitindo o fortalecimento de variadas correntes ideológicas. A seguir, apresenta-se um panorama geral da evolução dessa modalidade educacional:

ORIGENS HISTÓRICAS

A Educação do Campo tem raízes antigas, remontando às sociedades agrárias e comunidades rurais do passado.

Figura 7 - Lavrador



Fonte: gov.br

Em muitas culturas, o conhecimento era transmitido de geração em geração por meio da oralidade, em que práticas agrícolas, tradições e saberes eram passados de pais para filhos e dentro das próprias comunidades (Pereira, 2016).

INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO

Com o advento da Revolução Industrial no século XVIII, houve uma intensa migração da população rural para as cidades em busca de emprego e melhores condições de vida. Esse fenômeno de urbanização trouxe mudanças significativas nas estruturas sociais e econômicas, afetando também o sistema educacional.

Nesse contexto, a educação passou a ser mais voltada para as necessidades da indústria e do comércio urbano, e a educação rural foi, muitas vezes, negligenciada ou vista como secundária em relação à educação urbana (Monteiro; Veras, 2017). Ou seja, foi um reflexo das transformações econômicas, sociais e políticas associadas à industrialização e urbanização, contribuindo para a perpetuação das desigualdades educacionais entre o campo e a cidade.

ESCOLAS RURAIS

Ao longo do século XIX, surgiram as primeiras escolas rurais formais em diversos países, com a proposta de oferecer educação às populações que viviam em áreas rurais e promover a alfabetização e a instrução básica.

Figura 8 – Antiga escola rural



Fonte: epsjv.fiocruz.br

No entanto, essas escolas muitas vezes reproduziam modelos pedagógicos urbanos, desconsiderando a realidade e as necessidades específicas dos alunos do campo. Isso levou a um distanciamento entre a escola e a comunidade rural, dificultando a efetividade da educação nesses contextos.

Tal situação acontece devido à centralização do poder e dos recursos nas áreas urbanas, onde a educação era moldada para atender às demandas da indústria e do comércio. Essa abordagem desconsiderava as práticas culturais, as tradições e as realidades do cotidiano rural, resultando em um currículo e em métodos de ensino que não dialogavam com a vida e as experiências dos alunos do campo.

Como consequência, houve um distanciamento entre a escola e a comunidade rural, tornando a educação menos relevante e eficaz para os alunos que viviam em contextos diferentes dos que estavam sendo atendidos pelas práticas pedagógicas urbanas.

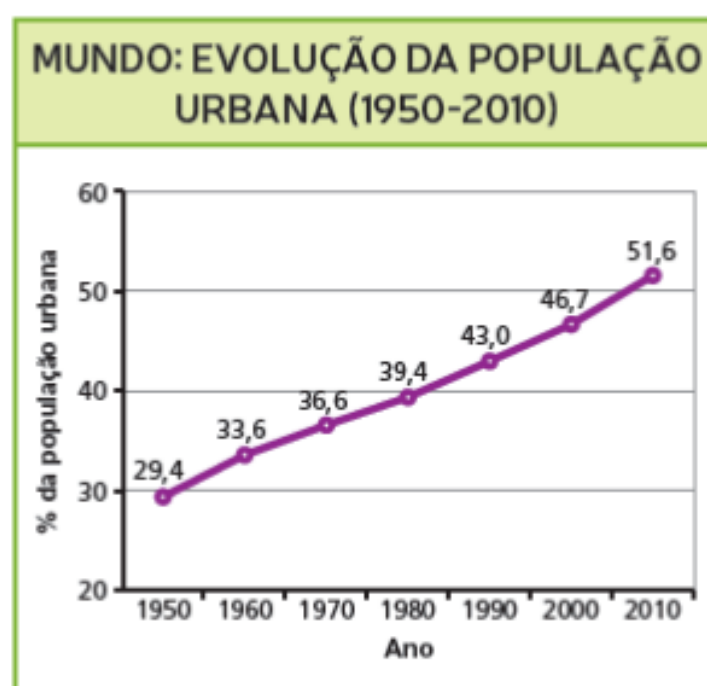
Segundo Queiroz (2011):

Se por um lado a história da educação rural no Brasil foi de negação deste direito aos agricultores, por parte das ações e das políticas governamentais, constata-se, sobretudo nas três últimas décadas do século XX, toda uma movimentação e organização por parte das organizações e entidades dos agricultores, não apenas por uma educação rural, mas por uma

educação do campo. Estas lutas fazem parte do conjunto de iniciativas e ações contra a concentração da terra, do poder e do saber (p. 39).

Até meados de 1950, menos de 30% da população mundial representava a população urbana (Figura 4). A partir deste panorama, com o crescente desenvolvimento tecnológico, a urbanização passou a crescer de maneira acelerada, ou seja, a população urbana concentra a maior quantidade de habitantes, diferente das zonas rurais. Apesar de muitos países possuírem uma população rural maior que a urbana, a tendência indica que essa proporção possa sofrer alterações (Almeida, 2018).

Figura 9 – Migração campo-cidade



Fonte: sme.goiania.go.gov.br

No Brasil, oito em cada dez habitantes vivem em áreas urbanas. O desenvolvimento industrial no século XX, com a consequente geração de empregos, fez crescer a população urbana do país em ritmos acelerados. Fatores como o desmatamento, a fome e a substituição humana por máquinas industrializadas acabou com o trabalho de muitas pessoas nas zonas rurais. Ademais, o crescimento da indústria, a escolarização para seus filhos e filhas, além de melhores oportunidades de empregos, atraíram a população rural para as cidades (Conexão Escola, 2023).

MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DO CAMPO

No século XX, com o crescimento dos movimentos sociais e das lutas por direitos no campo, especialmente em países de economia agrária, surgiram reivindicações por uma educação mais adequada às realidades rurais.

Figura 10 – Manifestação do MST



Fonte: mst.org.br

Movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil, ou outras organizações de camponeses e agricultores familiares em diversos países, passaram a reivindicar uma educação que valorizasse a cultura local, respeitasse os saberes tradicionais e formasse cidadãos críticos e conscientes de suas realidades. Assim, a educação do campo, sob a perspectiva Histórico-Cultural, busca integrar o conhecimento tradicional e as experiências do cotidiano rural no processo educacional, promovendo uma aprendizagem que seja significativa e relevante para os alunos. De acordo com Queiroz (2011):

Nos anos 80, quando houve perdas e ganhos, (ver Gohn, 2001:57-58), vale ressaltar a organização e fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e do Movimento Sem Terra (MST), em 1984. A CUT, representando o movimento sindical brasileiro que se opunha à prática sindical conservadora, contou desde a sua fundação com participação dos trabalhadores rurais. O MST se consolidou no Brasil como um movimento combativo e expressivo na luta pela reforma agrária e tem contribuído para uma reflexão e uma prática de educação do campo (p. 39).

A partir das décadas finais do século XX, organizações internacionais como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) passaram a reconhecer a importância da Educação do Campo e a promover iniciativas nesse sentido.

Em 2005, a UNESCO aprovou a “Declaração de Belém”, que reafirmava a importância de uma educação contextualizada, pertinente e de qualidade para as

populações rurais, especialmente em comunidades indígenas, quilombolas e de agricultores familiares (Maluf; Flexor, 2017).

CONCEPÇÕES E CONCEITOS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação do Campo é um conceito que busca abordar a educação nas áreas rurais, valorizando as especificidades do campo e suas necessidades sociais, econômicas, culturais e ambientais.

Ela se fundamenta em concepções e práticas educacionais que reconhecem a importância da valorização das culturas locais, o respeito à diversidade, a sustentabilidade ambiental, a promoção do desenvolvimento rural e a luta pela equidade social. Além disso, por meio da teoria Histórico-Cultural, é possível ver a pessoa como um ser em constante desenvolvimento, mediado pelas interações sociais e culturais em seu contexto específico.

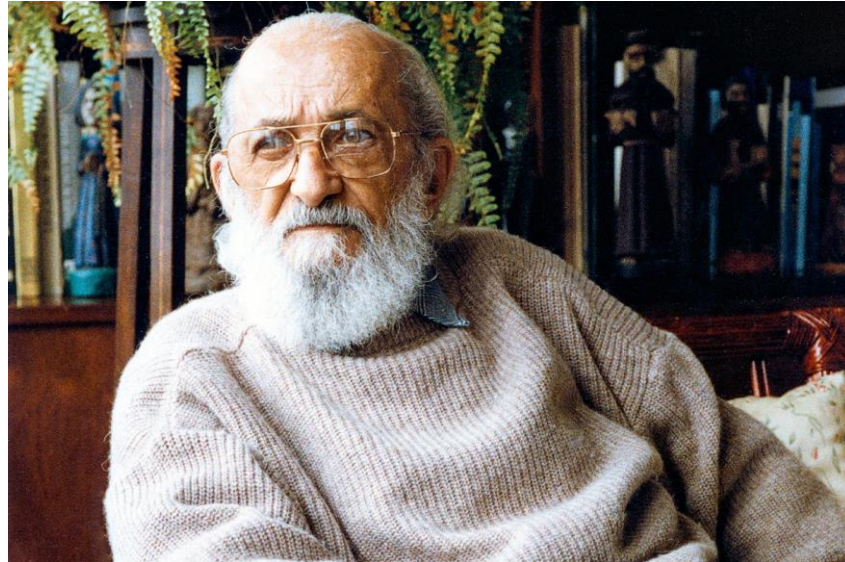
Abaixo, estão algumas referências importantes relacionadas às concepções e conceitos da Educação do Campo:

Quadro 3 – Teóricos importantes sobre a Educação do campo

<p>Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): O MST é uma das principais referências do movimento pela Educação do Campo no Brasil. Suas lutas pela reforma agrária e a construção de escolas no campo têm influenciado o debate sobre a educação rural e a Educação do Campo.</p>

Paulo Freire: Considerado um dos maiores pedagogos do Brasil e do mundo, Paulo Freire defendia uma educação libertadora, crítica e conscientizadora.

Figura 11 - Paulo Freire



Fonte: Google imagens

Suas ideias sobre a educação dialogam fortemente com a proposta da Educação do Campo. Paulo Freire e Lev Vygotsky compartilham uma visão que valoriza o contexto social e cultural no processo educacional, defendendo uma educação que deve ser um meio de transformação social e que o aprendizado é mediado por interações sociais e culturais. Assim, ambos enfatizam a necessidade de uma educação que respeite e se baseie nas realidades dos alunos, promovendo uma aprendizagem significativa e contextualizada.

Documento "Por uma Educação do Campo": Esse documento foi elaborado em 2002, resultado do trabalho de diversas entidades e movimentos sociais que atuam na defesa da Educação do Campo. Ele apresenta princípios, conceitos e diretrizes para uma educação voltada às realidades e demandas do campo.

Lei nº 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE): O PNE é uma lei que estabelece metas e estratégias para a educação no Brasil. Ele contém diretrizes específicas para a Educação do Campo, reconhecendo a importância de políticas públicas voltadas às realidades rurais.

Maria da Glória Gohn: A socióloga Maria da Glória Gohn contribuiu com estudos sobre movimentos sociais no Brasil, incluindo o MST, que é um importante ator na luta pela Educação do Campo.

Figura 12 - Maria da Glória Gohn



Fonte: wordpress.com

Fonte: Adaptado e baseado em Viero; Medeiros, 2018

CULTURA CAMPESINA

A cultura campesina refere-se ao conjunto de valores, tradições, crenças, conhecimentos, práticas sociais e formas de vida que emergem da vivência e das experiências das comunidades rurais. Isso implica em reconhecer e respeitar a identidade e as vivências dos alunos rurais, adaptando a educação para refletir e apoiar o desenvolvimento integral desses indivíduos.

Ela está intrinsecamente relacionada ao modo de vida das populações que habitam áreas rurais, cujas atividades econômicas e sociais estão centradas na agricultura, pecuária, extrativismo, pesca e outras atividades vinculadas ao campo.

Figura 13 – Movimento dos povos tradicionais



Fonte: globo.com

CARACTERÍSTICAS DA CULTURA CAMPESINA

Figura 14 - Características da cultura campesina



Fonte: Elaboração da autora, 2013

Quadro 4 - Características da cultura campesina

Saberes tradicionais	O conhecimento transmitido de geração em geração, que se baseia nas práticas agrícolas, métodos de plantio e criação de animais adaptados às condições locais.
Relação com a terra e natureza	O respeito pela terra e pela natureza, uma vez que as populações camponesas dependem diretamente dos recursos naturais para sua sobrevivência.
Festividade e celebrações	As festas e celebrações regionais que celebram as colheitas, o ciclo agrícola ou outros eventos importantes na vida das comunidades.
Economia solidária	A cooperação entre os membros da comunidade para enfrentar os desafios econômicos e sociais do campo.
Cultura oral e tradições	A transmissão de histórias, lendas, mitos e costumes por meio da oralidade, contribuindo para a preservação da identidade cultural das comunidades.
Relações comunitárias	Laços fortes de solidariedade e apoio mútuo entre os membros da comunidade.
Artesanato e culinária regional	A produção de artesanato e pratos típicos que refletem a identidade cultural das comunidades camponesas.

Fonte: Santos; Borba, 2021

Assim, é importante preservar e valorizar a cultura campesina, reconhecendo sua importância para a diversidade cultural e para a construção de sociedades mais justas e sustentáveis.

EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO DIREITO HUMANO

A Educação do Campo é reconhecida como um direito humano fundamental, conforme estabelecido em diversos

documentos internacionais e nacionais de direitos humanos. O direito à educação do campo está relacionado ao princípio da igualdade e da não discriminação, garantindo o acesso à educação de qualidade para todos, independentemente do local onde residam, seja no campo ou na cidade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, estabelece o direito à educação como um dos direitos fundamentais do ser humano, segundo o Art. 26. Esse direito foi reforçado e detalhado em outros tratados internacionais, como a Convenção sobre os Direitos da Criança (Art. 28) e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, conforme o Art. 13.

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 reconhece a educação como um direito de todos e dever do Estado, e estabelece princípios que orientam a educação no campo. A Constituição também prevê a valorização da diversidade cultural e étnica do país, reconhecendo a importância de promover a educação voltada para as especificidades do campo.

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, também inclui metas e estratégias específicas para a Educação do Campo, reconhecendo-a como um direito de cidadania e comprometendo-se a superar as desigualdades educacionais entre o campo e a cidade.

Garantir a Educação do Campo como direito humano é fundamental para promover a inclusão social, o desenvolvimento sustentável das áreas rurais e a valorização da cultura e identidade das comunidades camponesas. Essa educação deve ser contextualizada, considerando as realidades locais, os saberes tradicionais e as demandas específicas das populações rurais, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com o desenvolvimento de suas comunidades e do país como um todo (Neto; Silva; Lima, 2017).

Nesse aspecto, a educação do campo defende que a prática pedagógica deve estar alinhada com a realidade e os saberes das comunidades rurais, valorizando as práticas culturais e as necessidades locais. Assim, sob a perspectiva Histórico-Cultural, busca-se integrar o conhecimento tradicional às experiências do cotidiano rural no processo educacional, promovendo uma aprendizagem que seja significativa e relevante para os alunos, por meio de uma metodologia própria a ser aplicada para o público da educação do campo.

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

Um dos modelos pedagógicos frequentemente utilizados na Educação do Campo é a Pedagogia da Alternância. É um método que busca integrar a realidade do estudante que vive no campo com a aprendizagem dentro e fora da sala de aula. Sua história tem início na França, em 1935, a partir das insatisfações de agricultores com um sistema educacional que não atendia às especificidades do meio rural e estimulava a evasão escolar. No Brasil, as primeiras experiências datam de 1969, no estado do Espírito Santo (Valle, 2021).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, nº 9394/96), no Art. 23, a alternância é citada como uma das formas de organização escolar. Desde 2019, contudo, o Senado aguarda a votação do projeto de lei 184/2017, que alteraria a LDB e reconheceria a pedagogia da alternância como possibilidade oficial de ensino. Isso aumentaria o destino de recursos para a prática nos orçamentos da União, governos estaduais e municipais (Valle, 2021).

Nesse modelo, os estudantes vivem períodos alternados entre a escola e suas comunidades. Por exemplo, os alunos podem passar uma semana na escola e outra semana em suas casas, auxiliando nas atividades agrícolas e familiares (Santos, 2020). Veja a figura abaixo:

Figura 15 – Pedagogia da alternância



Fonte: upcursosgratis.com.br

Esse método permite que os estudantes apliquem os conhecimentos adquiridos na escola em suas práticas cotidianas, tornando o aprendizado mais significativo. Além disso, durante o período em que estão na escola, os alunos têm acesso a uma educação formal, ao

mesmo tempo em que fortalecem os laços comunitários e culturais durante os períodos em suas casas.

Quadro 5- Características da pedagogia da alternância

CARACTERÍSTICAS DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA
ALTERNÂNCIA DE TEMPO E ESPAÇO
Os estudantes alternam períodos de tempo entre a escola e suas comunidades. Eles passam parte do tempo na escola, onde adquirem conhecimentos teóricos e habilidades, e parte do tempo em suas casas, aplicando o que aprenderam na escola em situações reais.
PRÁTICAS NA COMUNIDADE
Durante os períodos em que estão em casa, os estudantes trabalham em atividades agrícolas e rurais junto com suas famílias. Isso permite a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos na escola, valorizando os saberes locais e promovendo a sustentabilidade das práticas agrícolas.
DIÁLOGO DE SABERES
A Pedagogia da Alternância valoriza tanto o conhecimento formal quanto os conhecimentos tradicionais e práticos presentes nas comunidades rurais. Ela busca criar um diálogo entre esses diferentes tipos de saberes, reconhecendo a importância de ambos.
CURRÍCULO CONTEXTUALIZADO
O currículo é elaborado de forma a atender às necessidades específicas das comunidades rurais. Ele é adaptado para refletir a realidade local, abordando temas relevantes para a vida dos estudantes no campo.
ATIVIDADES PRÁTICAS NA ESCOLA
Além das atividades teóricas, as escolas que adotam a Pedagogia da Alternância também oferecem atividades práticas em suas instalações. Isso pode incluir horticultura, criação de animais, agricultura orgânica e outras atividades ligadas à vida rural.
ACOMPANHAMENTO INDIVIDUALIZADO
Os educadores que trabalham com a Pedagogia da Alternância geralmente acompanham de perto o progresso de cada estudante, tanto na escola quanto nas

comunidades. Isso permite ajustes e adaptações conforme as necessidades individuais.

ENCONTROS DE GRUPO E REFLEXÃO

Os estudantes se reúnem periodicamente em grupos na escola, onde têm a oportunidade de compartilhar suas experiências e reflexões sobre a aplicação dos conhecimentos nas comunidades. Esses encontros promovem a troca de experiências e a construção coletiva do conhecimento.

INTEGRAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA

A participação ativa das famílias é fundamental na Pedagogia da Alternância. Os pais são incentivados a participar das atividades da escola e a contribuir com o desenvolvimento educacional de seus filhos.

APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Ao vivenciar a aplicação prática dos conhecimentos na sua própria realidade, os estudantes desenvolvem uma aprendizagem mais significativa e contextualizada, o que aumenta a motivação e a compreensão dos conteúdos.

Fonte: Adaptado de Santos, 2020

A Pedagogia da Alternância reconhece a importância de considerar a realidade e os contextos específicos das comunidades rurais, tornando-se uma abordagem educacional valiosa para promover o desenvolvimento sustentável e o empoderamento nas áreas rurais. Assim, a Pedagogia da Alternância aplica os princípios Histórico-Culturais ao adaptar a educação às necessidades e contextos específicos dos alunos, fortalecendo a conexão entre o conhecimento teórico e a prática real.

A seguir, serão apresentados 6 exemplos² importantes que discutem sobre a Educação do Campo e a Pedagogia da Alternância:

1- E-BOOK – ORIGENS DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NO BRASIL, DE PAOLO NOSELLA (2014)

² Disponível em: <https://www.institutoclaro.org.br/educacao/nossas-novidades/noticias/6-links-para-conhecer-a-pedagogia-da-alternancia/>

Figura 16 - E-BOOK 1



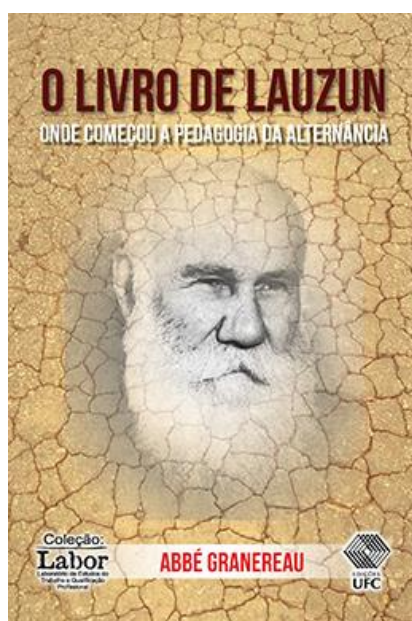
Lançado pela Editora da Universidade Federal do Espírito Santo (Edufes), este e-book gratuito documenta como o método foi adaptado à realidade brasileira a partir de 1968, quando criadas as Escolas da Família Agrícola (EFAs) e o Centro de Formação e Reflexão (CFR) no estado. Além de pesquisador, o autor também participou da implantação, trazendo detalhes sobre o plano pedagógico, o contexto social, a situação jurídica, os educadores, os alunos, a seleção, o ano escolar, os conteúdos, a avaliação, entre outros.

Fonte: edufes.ufes.br

“O livro não é mera apologia da experiência. Defende a Pedagogia da Alternância, mas também capta e tenta analisar os principais problemas da primeira aplicação no Brasil”, explica Nosella (2012, p.20).

2- E-BOOK – O LIVRO DE LAUZUN: ONDE COMEÇOU A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA, DE ABBÉ GRANEREAU (2010)

Figura 17 - E-BOOK 2



Abbé Granereau (1885-1987) foi um padre e militante do sindicalismo camponês que criou, em 1935, a primeira Casa Familiar Rural (ou Escola da Família Agrícola) em regime de alternância. Interligava, assim, espaço escolar com o extraescolar. Durante sua vida, lutou para aperfeiçoar e difundir esse novo sistema. Este livro é seu diário, reunindo notas, observações, análises, projetos, cartas, programas didáticos e relatos de encontros com agricultores, autoridades e técnicos.

Fonte: Google Imagens (2023)

Portanto, são documentos que fazem referência à criação e expansão das escolas da pedagogia da alternância, as Maisons Familiares Rurales (MFR).

3- WEBINAR – PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA EM PERNAMBUCO (2020)

Figura 18 – Webinar



Fonte: youtube.com

Origens e aspectos significativos da Pedagogia da Alternância em Pernambuco é o tema do webinar, que reuniu o gerente de políticas educacionais do campo da Secretaria Estadual de Educação, Jailson Santos; a coordenadora municipal de Educação do Campo de Afogados, Wivianne Fonseca; e o professor de Educação do Campo da rede estadual, Aldemir Araújo.

4- WEBINAR – PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E FORMAÇÃO INTEGRADA (2020)

Figura 19 – Webinar sobre pedagogia da alternância



Fonte: youtube.com

O Sindicato dos Trabalhadores em Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica de Goiás (SINTEF-GO) apresenta um debate sobre as experiências pedagógicas no contexto da pedagogia da alternância e seus limites em tempos de pandemia. Foram ouvidos os pesquisadores Oséias Soares Ferreira e Gláucia Ferrari sobre as condições e limites constitucionais para essa oferta, além de formas de trabalhar no tripé pesquisa, ensino e extensão nessa modalidade.

5- ARTIGO – ESTUDOS SOBRE PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NO BRASIL: REVISÃO DE LITERATURA E PERSPECTIVAS PARA A PESQUISA (2008)

Figura 20 – Resumo de artigo

**Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil:
revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa***

Edival Sebastião Teixeira
Marta de Lourdes Bernartt
Gláuber Alves Trindade
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Resumo

A Pedagogia da Alternância consiste numa metodologia de organização do ensino escolar que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, tendo como finalidade uma formação profissional. Esse método começou a tomar forma em 1935 a partir das imitações de um pequeno grupo de agricultores franceses com o sistema educacional de seu país, o qual não atendia, a seu ver, as especificidades da Educação para o meio rural. A experiência brasileira com a Pedagogia da Alternância começou em 1969 no estado do Espírito Santo, onde foram construídas as três primeiras Escolas Família Agrícolas. Não obstante, decorridos 40 anos de sua implantação no país, essa proposta pedagógica ainda é discutida com pouca ênfase em nosso meio acadêmico. Em projeto de pesquisa que vimos desenvolvendo, realizamos um levantamento das dissertações de mestrado e teses de doutorado brasileiras sobre Pedagogia da Alternância defendidas entre 1969 e 2006. O objetivo deste artigo é mapear e discutir essa produção, visando estabelecer um primeiro esboço do “estado da arte” nesse campo de investigação. A revisão inclui 46 trabalhos, sendo 7 teses e 39 dissertações. Neste texto, apresentamos as temáticas de estudo mais recorrentes, a distribuição regional dessa produção e o que consideramos como consensos e limites nesses trabalhos.

Palavras-chave

Pedagogia da Alternância – Revisão de literatura – Educação do Campo – Escola Família Agrícola – Casa Familiar Rural.

Correspondência:
Edival Sebastião Teixeira
Via de Acesso, Km 1
85600-000 – Polo Branco – PR
e-mail: edival@ufpr.edu.br

* Os autores agradecem à Fundação
Açúcar de Açúcar do Departamento
de Ciências Pedagógicas do Paraná pelo
financiamento da pesquisa da qual o
presente trabalho é resultado parcial.

Educação e Pesquisa, São Paulo, v.34, n.2, p. 227-242, maio/ago. 2006.

227

O texto mapeia as dissertações de mestrado e teses de doutorado brasileiras sobre pedagogia da alternância defendidas entre 1969 e 2006.

A revisão inclui 46 trabalhos, sendo sete teses e 39 dissertações. “Apresentamos as temáticas de estudo mais recorrentes, a distribuição regional dessa produção e o que consideramos como consensos e limites nesses trabalhos”, resumem os autores: Teixeira; Bernartt; Trindade, 2008).

Fonte: Google Imagens, 2023

6- DOCUMENTÁRIO – PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: TRABALHO, ESTUDO E LIBERDADE (2011)

Figura 21 – Imagem do documentário



Filme produzido pelos alunos da Escola Família Agrícola do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), em São Gabriel da Palha (ES). Houve professores e alunos para traçar um modelo de educação onde a escola e a família trabalham juntas.

Fonte: Google Imagens, 2023

EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

Diversos países têm buscado implementar políticas e programas voltados à Educação do Campo. Em alguns lugares, há ênfase na formação de professores com sensibilidade para trabalhar nas áreas rurais, incentivando a valorização dos saberes locais e a promoção de projetos educacionais adequados às necessidades das comunidades.

Em outros casos, são criadas escolas específicas para a Educação do Campo, que oferecem uma abordagem educacional diferenciada e recursos pedagógicos voltados à realidade rural. O compartilhamento de experiências e boas práticas entre diferentes países pode ser muito enriquecedor para o desenvolvimento dessa abordagem educacional (Duk, 2006).

Em resumo, a Educação do Campo é uma abordagem que visa superar as desigualdades educacionais existentes entre o meio rural e urbano, valorizando a cultura local, as práticas agrícolas sustentáveis e proporcionando uma educação contextualizada e de qualidade para as comunidades rurais. Com o apoio de políticas públicas adequadas, essa abordagem pode contribuir significativamente para o desenvolvimento integral e sustentável dessas regiões.

AVANÇOS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Atualmente, a Educação do Campo é uma abordagem reconhecida em diversos países e existem esforços contínuos para implementar políticas públicas e práticas pedagógicas mais adequadas às necessidades das comunidades rurais.

No entanto, ainda há desafios significativos a serem enfrentados, como a superação das desigualdades de acesso à educação, a valorização dos profissionais da educação que atuam nessas regiões e a promoção de uma educação que realmente dialogue com a cultura e as práticas do campo.

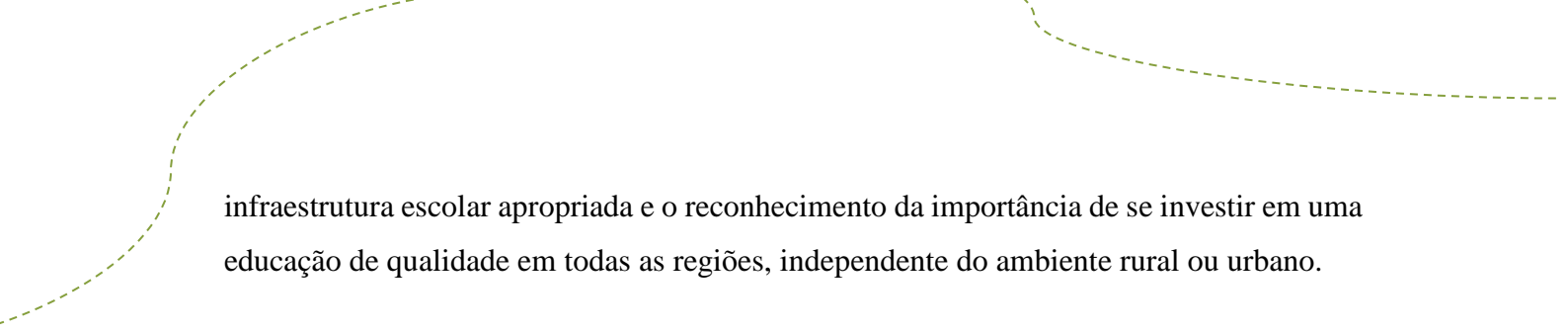
Em resumo, a história da Educação do Campo reflete a busca contínua por uma educação inclusiva, contextualizada e de qualidade para as populações rurais, considerando suas particularidades, saberes e realidades específicas (Lopes, 2015; Molina, 2019).

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

1	Contextualização: As atividades educacionais devem estar em sintonia com a realidade local, valorizando as experiências, práticas e saberes próprios da comunidade rural.
2	Valorização da cultura e identidade local: A cultura e as tradições locais são reconhecidas e valorizadas como parte essencial do processo educativo, evitando a imposição de padrões culturais externos.
3	Pertinência: Os conteúdos educacionais devem ser relevantes para a vida dos estudantes do campo, conectando-se com suas necessidades, experiências e projetos de futuro.
4	Participação comunitária: A comunidade é considerada parte ativa do processo educativo, envolvendo-se na tomada de decisões e na definição de objetivos e práticas pedagógicas.
5	Respeito à diversidade: A Educação do Campo busca ser inclusiva, atendendo às diferentes realidades presentes no meio rural, como as de povos indígenas, quilombolas, agricultores familiares, entre outros.
6	Educação contextualizada e ambiental: A relação harmoniosa com o meio ambiente é enfatizada, valorizando práticas agrícolas sustentáveis e a compreensão dos processos ecológicos.
7	Formação integral: Além dos aspectos acadêmicos, a Educação do Campo busca promover o desenvolvimento integral dos estudantes, incluindo aspectos sociais, culturais, emocionais e cívicos.

Fonte: Adaptado de Viero; Medeiros, 2018

Para implementar a Educação do Campo, são necessárias políticas públicas adequadas, formação de professores com sensibilidade para lidar com as realidades rurais,



infraestrutura escolar apropriada e o reconhecimento da importância de se investir em uma educação de qualidade em todas as regiões, independente do ambiente rural ou urbano.

UNIDADE II

2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO

“No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”

(Caldart, 2002, p. 18).

EDUCAÇÃO DO CAMPO ENQUANTO LOCAL DE DIREITOS

A população do campo no Brasil demanda de políticas públicas específicas para garantir o acesso à educação de qualidade nas zonas rurais e atender às necessidades e realidades dessas comunidades.

A Educação do Campo é entendida como uma proposta pedagógica que visa promover a educação em consonância com a cultura e a realidade dos povos do campo, buscando superar as desigualdades e a exclusão social que historicamente vivenciaram essas regiões. Caldart (2012) aponta que:

a educação do campo nomeia um fenômeno da realidade atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas (p. 259).

Algumas das políticas públicas adotadas para a Educação do Campo no Brasil incluem:

Quadro 6 – Políticas públicas da educação do campo

Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA):

Criado em 1998, o PRONERA propõe oferecer educação escolar às famílias assentadas pela reforma agrária, bem como aos povos indígenas e quilombolas.

É uma iniciativa criada pelo governo brasileiro para oferecer oportunidades de educação para pessoas que vivem em áreas rurais, especialmente aquelas envolvidas em projetos de reforma agrária.

Programa Nacional de Educação do Campo (PNEC): Lançado em 2002, o PNEC busca atender às especificidades da educação nas áreas rurais, promovendo a formação de professores, a elaboração de currículos contextualizados e o acesso à educação em tempo integral.

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): O PNAE tem um santuário significativo para a Educação do Campo, pois visa garantir uma alimentação adequada e saudável aos estudantes, levando em conta a cultura alimentar local.

Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): A ATER busca promover a formação e capacitação dos agricultores e trabalhadores rurais, esperançosos para o desenvolvimento sustentável do campo e fortalecendo a relação entre a educação e o meio rural.

Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE): O PNBE destina-se a fornecer livros e materiais didáticos para as escolas do campo, garantindo o acesso ao conhecimento e à leitura nestas comunidades.

Apoio à infraestrutura escolar: Os investimentos em infraestrutura são fundamentais para garantir o acesso à educação de qualidade no campo, como a construção e reforma de escolas, a disponibilização de transporte escolar adequado e o acesso à tecnologia e à internet.

Educação Ambiental: Políticas de educação ambiental são essenciais para sensibilizar os estudantes do campo sobre a importância da preservação ambiental e do uso sustentável dos recursos naturais.

Fonte: gov.br

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A partir disso, percebe-se que a legislação é bem específica quando define a educação como um direito de todos e todas, não sendo permitido negá-la a nenhum grupo e, principalmente, ao rural. Vale ressaltar que essa oferta para a população campesina ainda possui insuficiências, principalmente na questão da permanência na escola, o que só reafirma as vulnerabilidades sociais existentes.

Tais situações podem estar associadas à questão do ensino urbano, pois, segundo Arroyo (2007, p. 158), “a formulação de políticas educativas e públicas, em geral, pensa na cidade e nos cidadãos urbanos como o protótipo de sujeitos de direitos”. Essa afirmação só demonstra que existe uma preocupação maior com a população da cidade, o que acaba negligenciando a população do campo, negando sua identidade, suas características e sua história enquanto sujeito de direitos e deveres.

No quadro abaixo, vamos conhecer um pouco mais sobre as legislações no âmbito da educação do campo:

Quadro 7 – Legislações da educação do campo

<p>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei nº 9.394/1996: A LDBEN estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo a Educação do Campo. Ela reconhece a diversidade de situações educacionais e garante o direito à educação em áreas rurais.</p>
<p>Resolução CNE/CEB nº 2/2008: Esta resolução estabelece as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Ela define os princípios e as características da educação em áreas rurais, enfatizando a contextualização dos conteúdos e a valorização da cultura local.</p>
<p>Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAM): Criado em 2002, o PRONACAM tem como objetivo promover ações que garantam o acesso, a permanência e a qualidade da educação para as populações do campo. Ele busca desenvolver políticas educacionais específicas para as áreas rurais.</p>

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Embora não seja uma legislação exclusiva para a educação, o PRONAF é um programa que oferece crédito e apoio à agricultura familiar, contribuindo indiretamente para a melhoria das condições de vida nas áreas rurais e, conseqüentemente, para a Educação do Campo.

Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo - Parecer CNE/CEB nº 36/2001: Esse parecer apresenta diretrizes para a organização da educação em áreas rurais, enfatizando a flexibilidade curricular e a adaptação dos conteúdos à realidade local.

Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER): Embora também não seja exclusivamente voltada para a educação, essa política visa fortalecer ações de assistência técnica e extensão rural, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das áreas rurais e, por consequência, para a Educação do Campo.

Fonte: Adaptado a partir do texto de Araújo; Barros, 2019

Pode-se citar, como exemplo de política que foi instituída, a de 11 de dezembro de 2015, quando a Educação do Campo ganhou uma legitimação do Estado de Minas Gerais, por meio da Resolução SEE Nº 2.820, que apresenta as diretrizes para a Educação do Campo no Estado³.

Nessa Resolução, institucionalizou-se o entendimento do que compõe a Educação do Campo e sobre os sujeitos que a caracterizam. De acordo com o documento, agricultores familiares, ribeirinhos, população assentada em acampamentos de reforma agrária, trabalhadores assalariados rurais quilombolas, integrantes dos movimentos atingidos pelas barragens, entre outras condições que desenvolvam suas sobrevivências materiais e de existência a partir da relação com a terra, são condições características da modalidade.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A implementação da Educação do Campo pode enfrentar diversos desafios, especialmente em países em desenvolvimento. Alguns dos principais obstáculos incluem a falta de infraestrutura adequada nas áreas rurais, como escolas bem equipadas e transporte

³ Disponível em: <https://srenovaera.educacao.mg.gov.br/47-divep/287-escola-do-campo>.

escolar, a carência de profissionais da educação qualificados para atuar nessas regiões e a necessidade de políticas públicas que garantam a inclusão e o acesso efetivo à educação.

Assim, a carência de profissionais qualificados e a ausência de políticas públicas inclusivas comprometem o desenvolvimento cognitivo e social dos alunos, pois essas limitações dificultam a criação de um ambiente educacional que valorize e integre as práticas culturais e sociais das comunidades rurais. De acordo com a teoria de Vygotsky (2001), o aprendizado ocorre através da interação social e da mediação cultural. Na falta de um suporte adequado, os alunos do campo ficam privados de experiências educacionais que poderiam promover seu desenvolvimento integral.

Além disso, é comum que as comunidades rurais enfrentem problemas de pobreza, exclusão social e dificuldades para acessar recursos básicos, o que pode influenciar diretamente a qualidade e a continuidade da educação.

A Educação do Campo enfrenta uma série de desafios que estão relacionados às particularidades das áreas rurais e às necessidades específicas das comunidades agrícolas. Alguns dos principais desafios incluem:

Quadro 8 – Principais desafios da educação do campo

1	Infraestrutura Deficiente: Muitas escolas rurais têm infraestrutura precária, como falta de salas de aula adequadas, falta de acesso à água potável, banheiros adequados e espaços para atividades práticas.
2	Acesso Limitado a Recursos Educacionais: As escolas do campo muitas vezes enfrentam dificuldades em obter recursos educacionais, como livros didáticos, materiais de ensino, laboratórios e equipamentos tecnológicos.
3	Falta de Professores Qualificados: A disponibilidade de professores qualificados nas áreas rurais pode ser um desafio. A formação adequada e a retenção de educadores nessas áreas são questões importantes.
4	Distância e Acesso Geográfico: As comunidades rurais costumam estar localizadas em áreas remotas e de difícil acesso, o que pode afetar a frequência escolar e o acesso aos serviços educacionais.

5	Abandono Escolar e Evasão: Fatores como a necessidade de trabalho nas atividades agrícolas, a falta de transporte e as condições socioeconômicas podem contribuir para altas taxas de abandono escolar e evasão.
6	Falta de Relevância Curricular: Currículos que não são contextualizados às realidades rurais podem não despertar o interesse dos estudantes e não atender às suas necessidades e interesses.
7	Desigualdades Sociais: As áreas rurais frequentemente enfrentam desigualdades socioeconômicas, que podem afetar o acesso à educação e limitar as oportunidades dos estudantes.
8	Falta de Acesso à Tecnologia e Conectividade: A falta de acesso à internet e à tecnologia pode limitar o acesso a recursos educacionais digitais e às informações necessárias para o aprendizado.
9	Preconceitos e Estigmatização: Algumas vezes, existe um estigma associado à educação rural, o que pode influenciar a percepção do valor da educação nessas comunidades.
10	Falta de Atividades Extracurriculares e Culturais: A falta de recursos e oportunidades para atividades extracurriculares, esportivas e culturais pode afetar a experiência educacional dos estudantes rurais.
11	Políticas Educacionais não Adaptadas: As políticas educacionais muitas vezes não levam em consideração as necessidades específicas das áreas rurais e não promovem ações eficazes para melhorar a educação nessas regiões.
12	Migração e Êxodo Rural: A migração de famílias rurais para áreas urbanas pode reduzir a população estudantil das escolas do campo, contribuindo para o declínio dessas escolas.

Fonte: Adaptado a partir de Educação Integral, 2021⁴

4 Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/um-retrato-dos-desafios-da-educacao-do-campo-no-contexto-da-pandemia/#:~:text=As%20dificuldades%20encontradas%20pela%20escola,comunidades%20escolares%20em%20situa%C3%A7%C3%B5es%20similares.>

Diante dos desafios impostos pela pandemia da Covid-19, a Educação do Campo enfrentou reflexões significativas, especialmente no que diz respeito à formação de professores, evidenciando as dificuldades e necessidades específicas desse contexto educacional⁵.

Manter o vínculo com os estudantes durante o ensino remoto emergencial tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelas escolas em todo o país. Ao longo de 2020, 4,1 milhões de estudantes não tiveram acesso a qualquer atividade escolar, como aponta o estudo “Enfrentamento da cultura do fracasso escolar”, divulgado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em janeiro deste ano. Para a Educação do Campo, acessar os estudantes é um obstáculo ainda maior, mas necessário transpor para evitar a evasão escolar e continuar a promover a proteção e o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes (Matuoka, 2023).

Das mais de 180 mil escolas brasileiras, 55 mil estão na zona rural, segundo o Censo Escolar de 2019. Nessas áreas, 48% dos domicílios não possuem acesso à internet, uma taxa que aumenta conforme diminui a renda. Dos estudantes com 10 anos ou mais sem acesso à internet, 95,9% estudam em escolas públicas. Os dados são da pesquisa TIC Domicílios de 2019 (Tecnologia da Informação e Comunicação).

A falta de acesso à internet das famílias pode se somar às dificuldades de locomoção para entrega ou retirada de atividades impressas e para promover a busca ativa, uma vez que muitos desses estudantes moram a centenas de quilômetros da instituição de ensino. Sendo assim, vamos refletir sobre a experiência ocorrida na Escola Família Agrícola de Santa Cruz:

Quadro 9 – Exemplos de aulas mediadas por tecnologia

A experiência na Escola Família Agrícola de Santa Cruz revela que quando as condições básicas estão garantidas, sobretudo desde antes da pandemia, há mais oportunidades para o ensino remoto emergencial se desenvolver.

“Fizemos muitas pesquisas para entender o contexto de cada família, e vimos que 94% dos estudantes têm acesso à internet em casa. Aqui temos uma condição distinta em relação à realidade do campo, pela dinâmica regional, por ser tudo mais perto, de fácil acesso. Ainda assim, tem a questão da qualidade desse acesso, que não suporta vídeo,

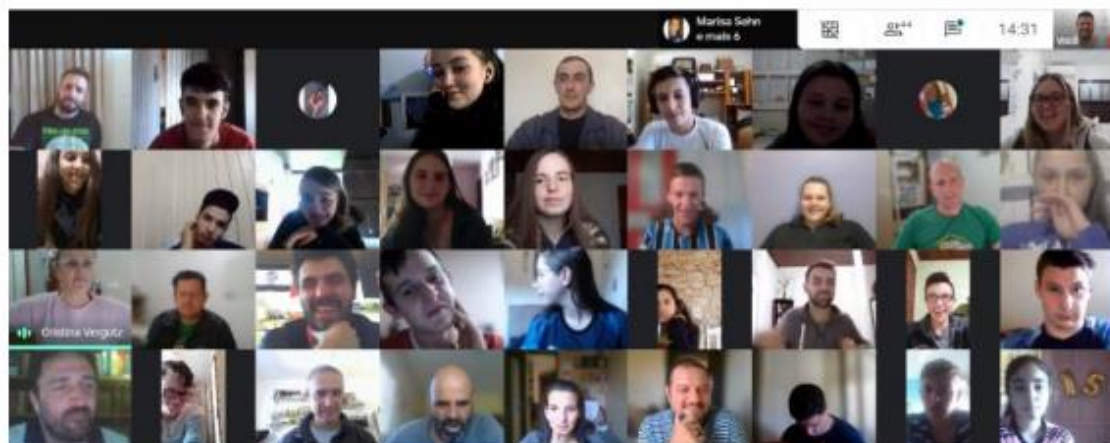
⁵ Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/um-retrato-dos-desafios-da-educacao-do-campo-no-contexto-da-pandemia/>.

por exemplo”, conta Adair Pozzebon, membro da coordenação da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC), no Rio Grande do Sul, uma escola comunitária que atende, via pedagogia de alternância, o Ensino Médio e o Ensino Técnico em Agricultura.

A escola também recebeu doações de notebooks do Comitê para Democratização da Informática de Santa Catarina, uma instituição que já era parceira da escola. Com o início da pandemia, os aparelhos foram emprestados para os estudantes levarem para casa. Assim, puderam criar salas de aula virtuais no *Google Classroom* e organizar encontros virtuais entre os professores e as turmas, além de reuniões semanais entre os estudantes e seu professor-tutor, para acompanhamento individual, e encontros mensais para diálogo com as famílias.

“Em uma das atividades, por exemplo, os estudantes pesquisaram sobre a história da propriedade em que vivem. Na semana seguinte, compartilharam com a turma seus achados, e utilizaram o Google Maps para localizar a casa de cada um no território. Nossas aulas, que estão acontecendo de forma remota desde março do ano passado, têm o objetivo de manter o vínculo com o estudante e continuar a construir conhecimentos junto com eles”, afirma Adair.

Figura 22 - Sala cheia na escola família agrícola de Santa Cruz



Fonte: Google Imagens, 2023

Já os 6% de estudantes que não têm acesso à internet, têm baixado as propostas de atividades e feito a comunicação com os professores por meio de redes de wi-fi abertas na comunidade, como a de vizinhos, bares, posto de gasolina e de escolas que estão

fechadas mas têm internet disponível. Além disso, quando a fase de restrição do município permite, a EFASC fica aberta duas vezes por semana para atendê-los.

“O trabalho desenvolvido pela pedagogia da alternância foi algo que nos ajudou a lidar com a pandemia, porque temos por concepção que o local de aprendizado dos estudantes não é só dentro da sala de aula. Os estudantes aprendem o tempo todo e qualquer espaço pode gerar novos saberes. Deixamos de ter algumas possibilidades importantes, como a da vida de grupo, da convivência, mas seguimos lutando por uma educação contextualizada e de qualidade para a população do campo”, reforça Adair.

Fonte: Educação Integral, 2021⁶

Diante desse relato, torna-se necessário refletir acerca da formação de professores e a sua atuação enquanto atores e atrizes sociais. Para superar esses desafios, é crucial adotar abordagens e políticas específicas que valorizem a Educação do Campo, reconhecendo sua importância para o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais e a promoção da equidade educacional.

IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação do Campo é fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável nas áreas rurais. Ao valorizar os saberes locais e as práticas tradicionais de agricultura, criação de animais e convívio com o meio ambiente, ela contribui para a preservação da cultura e identidade das comunidades rurais.

Além disso, uma educação contextualizada e relevante, que se conecta com as realidades e experiências dos estudantes, é fundamental para aumentar a motivação e o engajamento deles com os estudos. Quando os alunos veem sentido no que estão aprendendo e como isso se relaciona com suas vidas, especialmente nas áreas rurais, eles tendem a participar mais ativamente das atividades escolares. Isso fortalece o vínculo com a escola, contribuindo para a permanência dos estudantes e reduzindo as taxas de abandono escolar, ao oferecer um aprendizado significativo e alinhado com suas necessidades e contextos.

⁶ Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/um-retrato-dos-desafios-da-educacao-do-campo-no-contexto-da-pandemia/>.

Figura 23 – Atividades práticas de educação do campo



Fonte: Google Imagens, 2023

A Educação do Campo desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável, na valorização das comunidades rurais e na equidade educacional. Sua importância é multifacetada e abrange diversos aspectos, conforme a figura a seguir:

Figura 24 – A importância da educação do campo



1 - Desenvolvimento Rural Sustentável: A Educação do Campo contribui para o desenvolvimento sustentável das áreas rurais, ao promover práticas agrícolas e ambientais responsáveis, o uso eficiente dos recursos naturais e a preservação da biodiversidade.

2 - Empoderamento das Comunidades Rurais: Ao oferecer uma educação contextualizada e relevante para a vida rural, a Educação do Campo empodera os estudantes e as comunidades locais, permitindo que eles tomem decisões informadas sobre suas vidas, seu trabalho e seu ambiente.

3 - Preservação dos Saberes Locais: A Educação do Campo valoriza os conhecimentos tradicionais das comunidades rurais, promovendo a preservação das culturas locais, dos métodos agrícolas tradicionais e das práticas sustentáveis que têm sido transmitidas de geração em geração.

4 - Redução das Desigualdades: A Educação do Campo contribui para a redução das desigualdades educacionais, garantindo que os estudantes rurais também tenham acesso a uma educação de qualidade e a oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

5 - Promoção da Autonomia: A abordagem da Pedagogia da Alternância, com a alternância entre períodos de estudos na escola e práticas na comunidade, promove a autonomia dos estudantes, permitindo que eles se tornem agentes ativos na construção do próprio conhecimento.

6 - Sustentabilidade das Práticas Agrícolas: Ao integrar a teoria com a prática, a Educação do Campo ajuda a melhorar as práticas agrícolas, promovendo técnicas mais eficientes e sustentáveis, o que é essencial para a segurança alimentar e o uso responsável dos recursos naturais.

7 - Fortalecimento da Economia Local: A Educação do Campo também pode incluir aspectos de educação empreendedora, ajudando os estudantes a desenvolver habilidades para administrar negócios rurais e contribuir para o desenvolvimento econômico local.

8 - Promoção da Identidade Cultural: Através da valorização da cultura local e do reconhecimento dos saberes tradicionais, a Educação do Campo ajuda a preservar a identidade cultural das comunidades rurais, fortalecendo o senso de pertencimento.

9 - Envolvimento da Família e da Comunidade: A Educação do Campo muitas vezes envolve ativamente a família e a comunidade na aprendizagem dos estudantes, criando um ambiente educacional mais colaborativo e integrado.

10 - Contribuição para a Sustentabilidade Global: A ênfase na educação ambiental e na sustentabilidade nas escolas do campo contribui para a conscientização sobre questões globais, como as mudanças climáticas e a conservação dos recursos naturais.

A Educação do Campo, portanto, transcende os limites de uma simples educação formal, abrangendo uma série de dimensões que contribuem para o desenvolvimento holístico das comunidades rurais e para a construção de um futuro mais justo e sustentável.

Em resumo, a Educação do Campo é essencial para o desenvolvimento integral das áreas rurais, garantindo que os estudantes rurais tenham acesso a oportunidades educacionais de qualidade e se tornem cidadãos conscientes, capazes de contribuir positivamente para suas comunidades e para o mundo em geral (Souza, 2008).

UNIDADE III

3. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO

“A Educação do Campo nos transforma
Nos faz ter um outro olhar,
O que antes era feio
Hoje passo a admirar,
E o que era preconceito
Hoje aprendo a respeitar”.⁷

Deise Ribeiro
(A Poeta Camponesa)

CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM QUE SUBSIDIAM A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Para Vygotsky (2001), desenvolvimento e aprendizagem estão intimamente ligados e se influenciam mutuamente. Ele propõe que o desenvolvimento cognitivo ocorre através da interação social e da mediação cultural, onde a aprendizagem desempenha um papel crucial.

Desenvolvimento: entende o desenvolvimento como um processo que se dá em um contexto social e cultural, onde o indivíduo internaliza conhecimentos e habilidades mediadas por interações com outras pessoas e pelo uso de ferramentas culturais, como a linguagem.

Aprendizagem: é um processo social antes de ser individual. Os indivíduos aprendem através da interação com os outros, e essa aprendizagem precede e impulsiona o desenvolvimento cognitivo.

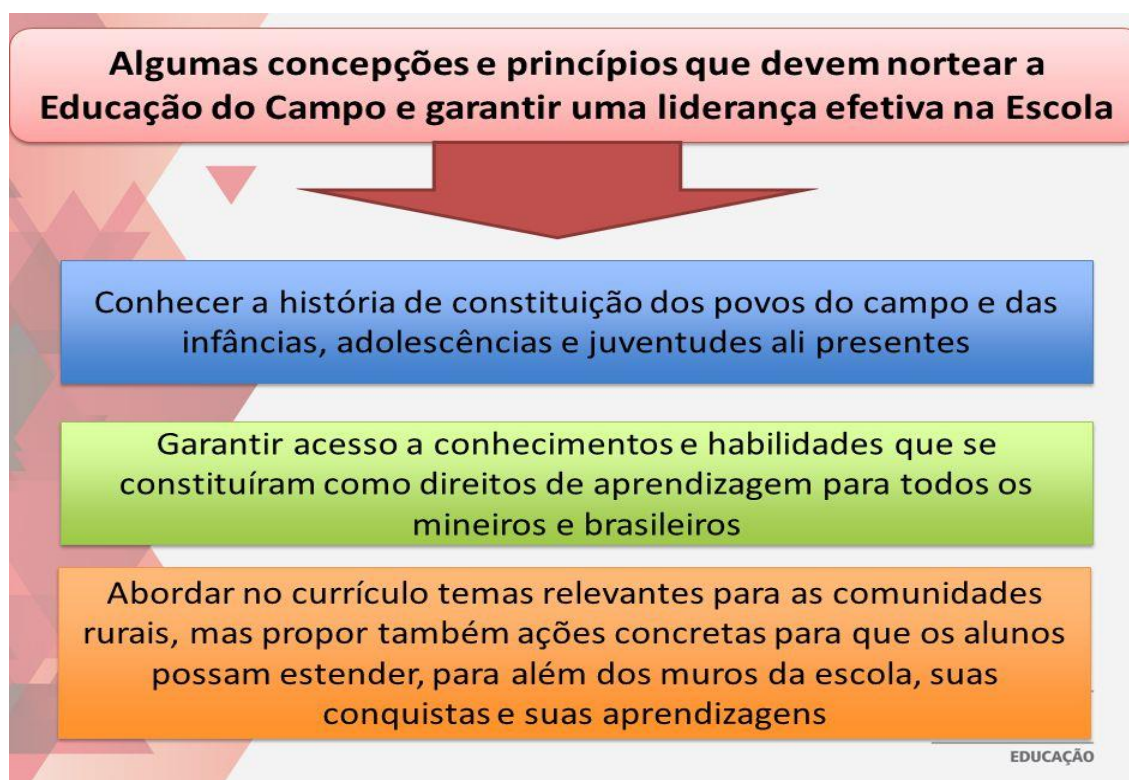
Assim, a aprendizagem é o motor do desenvolvimento, pois é através da aprendizagem mediada socialmente que o indivíduo desenvolve suas funções mentais superiores. O desenvolvimento, portanto, não é uma pré-condição para a aprendizagem, mas um processo que é constantemente moldado e ampliado por ela. Nesse sentido, a

⁷ Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/poesias/7127564>.

Educação do Campo é embasada em várias concepções de desenvolvimento e aprendizagem que refletem as particularidades das comunidades rurais e suas necessidades.

O desenvolvimento e a aprendizagem em comunidades rurais são influenciados por uma série de fatores que são específicos das realidades rurais. Esses fatores moldam as abordagens educacionais e os processos de aprendizagem, considerando as particularidades das comunidades e a interação entre os indivíduos e o ambiente rural.

Figura 25 – Princípios norteadores da educação do campo



Fonte: Google Imagens, 2023

Portanto, o desenvolvimento e a aprendizagem em comunidades rurais são moldados por uma combinação única de fatores sociais, culturais, ambientais e práticos, que influenciam a forma como os indivíduos adquirem conhecimento, habilidades e valores.

O desenvolvimento e a aprendizagem em comunidades rurais são profundamente influenciados pela interação com a natureza, pela transmissão de conhecimentos práticos e tradicionais, pela colaboração comunitária e pela adaptação constante às necessidades e aos desafios do ambiente rural.

Algumas das principais concepções que subsidiam essa abordagem educacional incluem:

Quadro 10 – Principais concepções da educação do campo

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

A Educação do Campo baseia-se na ideia de que o desenvolvimento das comunidades rurais deve ser sustentável, levando em consideração as dimensões econômicas, sociais e ambientais. Ela busca preparar os estudantes para serem agentes ativos na promoção de práticas agrícolas responsáveis e na melhoria da qualidade de vida local.

APRENDIZAGEM CONTEXTUALIZADA

A aprendizagem na Educação do Campo é altamente contextualizada, incorporando os saberes locais, as práticas agrícolas tradicionais e a cultura das comunidades rurais. Os conteúdos são relacionados às situações reais vivenciadas pelos estudantes.

APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

A Educação do Campo promove a aprendizagem significativa, na qual os estudantes relacionam os novos conhecimentos aos seus conhecimentos prévios e às suas experiências práticas. Isso aumenta a motivação e a compreensão dos conteúdos.

APRENDIZAGEM PARTICIPATIVA

A abordagem participativa valoriza a participação ativa dos estudantes no processo educacional. Eles são incentivados a contribuir com suas experiências, ideias e perspectivas, promovendo um ambiente colaborativo de aprendizagem.

APRENDIZAGEM POR MEIO DE PROJETOS

A Educação do Campo muitas vezes utiliza a aprendizagem baseada em projetos, onde os estudantes desenvolvem projetos práticos relacionados à agricultura, à sustentabilidade ou a outras áreas relevantes para a vida rural.

APRENDIZAGEM AUTÔNOMA E AUTODIRIGIDA

A Educação do Campo busca desenvolver a autonomia dos estudantes, incentivando-os a tomar a iniciativa de buscar conhecimento, refletir sobre suas práticas e tomar decisões informadas.

APRENDIZAGEM INTERGERACIONAL

A troca de conhecimentos entre diferentes gerações é valorizada na Educação do Campo. Os estudantes aprendem com os mais velhos e também

contribuem com seus próprios conhecimentos, promovendo o diálogo intergeracional.

DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS

Além do conhecimento acadêmico, a Educação do Campo enfatiza o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como a resiliência, a empatia, a comunicação e a colaboração, preparando os estudantes para os desafios do cotidiano rural.

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA ATIVA

A Educação do Campo visa formar cidadãos ativos e conscientes, capazes de compreender as questões sociais, políticas e ambientais que afetam suas comunidades e de participar ativamente na busca por soluções.

VALORIZAÇÃO DOS SABERES E DA CULTURA LOCAL

A Educação do Campo reconhece a importância dos saberes tradicionais e da cultura local, valorizando as identidades das comunidades rurais e preservando suas tradições.

Fonte: Elaboração da autora, 2023

Essas concepções guiam a prática educacional na Educação do Campo, proporcionando uma abordagem que se alinha às necessidades e às realidades das áreas rurais, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes e das comunidades.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM SALA DE AULA E NA COMUNIDADE

A organização do trabalho pedagógico em escolas do campo é adaptada às particularidades das áreas rurais e visa proporcionar uma educação contextualizada, relevante e eficaz para os estudantes que vivem nessas comunidades.

Figura 26 -Organização do trabalho pedagógico

Organização do Trabalho Pedagógico



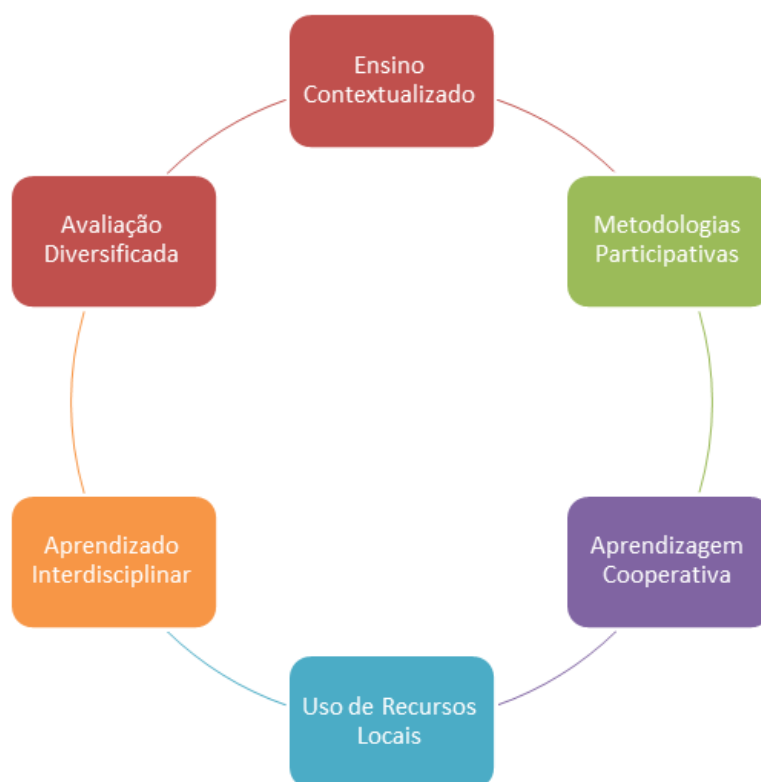
Fonte: Google Imagens, 2023

Na perspectiva de Libâneo (1994), o planejamento exige do docente a tarefa de prever atividades didáticas que são capazes de organizar e coordenar os objetivos propostos, permitindo prever, antecipar e modificar o seu fazer pedagógico durante o processo de ensino.

A organização do trabalho pedagógico em escolas do campo visa proporcionar uma educação que esteja enraizada nas realidades e necessidades das comunidades rurais. Ela valoriza os conhecimentos locais, promove a participação da comunidade e busca capacitar os estudantes a se tornarem cidadãos ativos e informados em suas áreas rurais.

As práticas pedagógicas em sala de aula e na comunidade nas escolas do campo são projetadas para atender às necessidades específicas das áreas rurais, valorizando os saberes locais, promovendo a participação da comunidade e integrando a aprendizagem teórica com a prática. Aqui estão algumas práticas pedagógicas comuns nessas configurações:

Figura 27 - Práticas em sala de aula



Fonte: Elaboração da autora, 2023

Quadro 11 – Descrição das práticas pedagógicas

<p>Ensino Contextualizado: Os conteúdos curriculares são adaptados para serem relevantes para a vida e as necessidades das comunidades rurais. Exemplos práticos e situações reais são incorporados para aumentar o interesse e a compreensão dos estudantes.</p>
<p>Metodologias Participativas: Abordagens participativas, como debates, discussões em grupo, estudos de caso e resolução de problemas, são usadas para envolver ativamente os estudantes no processo de aprendizagem.</p>
<p>Aprendizagem Cooperativa: Os estudantes são encorajados a trabalhar em grupos cooperativos, onde compartilham conhecimentos, discutem ideias e colaboram na realização de tarefas.</p>
<p>Uso de Recursos Locais: Materiais didáticos são selecionados levando em consideração os recursos locais, como histórias da comunidade, exemplos de práticas agrícolas e materiais culturais.</p>

Aprendizado Interdisciplinar: As atividades em sala de aula frequentemente integram diversas disciplinas, abordando tópicos de forma interdisciplinar para refletir a natureza multidimensional da vida rural.

Avaliação Diversificada: Além de exames tradicionais, a avaliação pode incluir projetos, apresentações, trabalhos práticos e outros métodos que demonstrem a compreensão dos estudantes de forma holística.

Fonte: Elaboração da autora, 2023

Nesse contexto, as práticas pedagógicas na perspectiva histórico-cultural enfatizam a importância da interação social e da mediação cultural no processo de aprendizagem. Elas são desenhadas para promover o desenvolvimento cognitivo através da colaboração, onde os alunos são incentivados a participar ativamente e a construir conhecimentos em conjunto com seus pares e professores.

Essas práticas utilizam instrumentos e signos culturais, como a linguagem, para mediar o aprendizado, e são adaptadas ao contexto social e cultural dos alunos, respeitando suas experiências e saberes prévios. O papel do educador é fundamental como mediador, ajudando-os a alcançar níveis de compreensão que ainda não poderiam atingir sozinhos, promovendo um aprendizado mais profundo e significativo.

Figura 28 - Práticas na comunidade



Fonte: Elaboração da autora, 2023

Quadro 12 – Descrição das práticas pedagógicas da comunidade

<p>Aprendizagem Experiencial: Os estudantes aplicam os conhecimentos adquiridos na escola em atividades práticas na comunidade, como cultivo de alimentos, construção de estruturas e participação em projetos de desenvolvimento local.</p>
<p>Visitas de Campo e Experiências Reais: Visitas a fazendas, cooperativas, mercados locais e outros locais relevantes proporcionam aos estudantes oportunidades de aprendizado fora da sala de aula.</p>
<p>Participação em Atividades Locais: Os estudantes podem participar de atividades comunitárias, como projetos de conservação ambiental, eventos culturais e projetos sociais, permitindo que apliquem suas habilidades e conhecimentos para o benefício da comunidade.</p>
<p>Diálogo com Especialistas Locais: Especialistas locais, como agricultores experientes e líderes comunitários, podem ser convidados para compartilhar seus conhecimentos e experiências com os estudantes.</p>

Projetos de Impacto Social: Os estudantes podem ser envolvidos em projetos que abordem desafios específicos da comunidade, como questões de saúde, saneamento, segurança alimentar e outros temas relevantes.

Incorporação de Saberes Tradicionais: A aprendizagem na comunidade frequentemente envolve a transmissão de saberes tradicionais, como práticas de cultivo, técnicas de preservação de alimentos e métodos artesanais.

Reflexão e Avaliação Participativa: Após participar de atividades na comunidade, os estudantes são incentivados a refletir sobre suas experiências e avaliar como a aprendizagem teórica se relaciona com a prática.

Conexão com a Sustentabilidade: As atividades na comunidade muitas vezes são projetadas para promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social, incentivando os estudantes a adotarem práticas responsáveis.

Fonte: Elaboração da autora, 2023

Essas práticas pedagógicas integradas em sala de aula e na comunidade nas escolas do campo ajudam os estudantes a conectar o conhecimento acadêmico com a vida real, a desenvolver habilidades práticas e a se tornarem cidadãos ativos e conscientes de suas comunidades rurais.

Nesse ínterim, o professor atua como um mediador que facilita o desenvolvimento cognitivo dos alunos, onde podem realizar tarefas com assistência que ainda não conseguem fazer de forma independente. As atividades pedagógicas são planejadas para serem colaborativas e contextualizadas, promovendo a construção conjunta do conhecimento a partir das experiências e saberes dos alunos.

PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO PARA EDUCAÇÃO CAMPESINA

A Educação do Campo enquanto modalidade de ensino é caracterizada por abordar as necessidades, realidades e contextos específicos das comunidades rurais, levando em consideração suas atividades agrícolas, culturais e socioeconômicas.

Aqui estão algumas diretrizes gerais para o planejamento e avaliação da educação camponesa:

PLANEJAMENTO

Diagnóstico das necessidades: Comece com um diagnóstico abrangente das necessidades educacionais das comunidades camponesas. Isso envolve compreender as demandas específicas, os desafios enfrentados, as características culturais e as aspirações locais.

Participação comunitária: Envolver ativamente a comunidade no processo de planejamento é fundamental. Isso garante que as decisões tomadas estejam alinhadas com as necessidades reais da população camponesa e promove um senso de propriedade na educação.

Currículo contextualizado: Desenvolva um currículo que esteja intimamente ligado às atividades, tradições e conhecimentos locais. Isso torna a educação mais relevante e significativa para os estudantes, facilitando a aplicação prática do aprendizado em suas vidas diárias.

Recursos apropriados: Garanta que os recursos educacionais estejam disponíveis e adaptados às realidades rurais. Isso inclui materiais didáticos relevantes, infraestrutura adequada e acesso a tecnologias, quando possível.

Pedagogia participativa: Adote abordagens de ensino participativas e colaborativas, que valorizem os conhecimentos prévios dos alunos, promovam o diálogo e incentivem a resolução de problemas do cotidiano.

Na perspectiva histórico-cultural, a avaliação é vista como um processo contínuo e integrado ao desenvolvimento do aluno, focando mais no progresso e no potencial de aprendizagem do que em resultados finais ou notas isoladas. Em vez de apenas medir o que o aluno já sabe, a avaliação busca entender como ele aprende, quais são suas estratégias e como ele interage com o conhecimento e com os outros.

AVALIAÇÃO

O ato de avaliar é de fundamental importância para a formação e desenvolvimento tanto do educando, quanto do educador. Segundo Luckesi (1999, p.118), “a avaliação é uma ferramenta da qual o ser humano não se livra. Ela faz parte de seu modo de agir, e por isso é necessário que seja usada da melhor forma possível”. Desse modo, segue abaixo algumas formas de avaliar que necessitam ser levadas em consideração no campo:

Avaliação formativa: Integre a avaliação como parte contínua do processo de ensino-aprendizagem. Isso ajuda os educadores a identificar o progresso dos alunos, ajustar estratégias de ensino e oferecer suporte individualizado.

Avaliação contextualizada: Crie métodos de avaliação que considerem as realidades camponesas. Isso pode envolver tarefas práticas relacionadas à agricultura, projetos de desenvolvimento comunitário e apresentações orais que reflitam a cultura local.

Avaliação participativa: Inclua a comunidade no processo de avaliação, permitindo que os pais, os próprios estudantes e outros membros da comunidade expressem suas opiniões sobre a qualidade da educação e forneçam feedback.

Avaliação de impacto: Realize avaliações periódicas para medir o impacto da educação camponesa nas vidas dos alunos e na comunidade como um todo. Isso ajuda a ajustar estratégias e aprimorar os resultados ao longo do tempo.

Flexibilidade e adaptação: Esteja aberto a ajustar o plano educacional com base nos resultados da avaliação e nas mudanças nas necessidades da comunidade.

Lembre-se de que a educação camponesa deve ser sensível às particularidades culturais, econômicas e sociais das comunidades rurais, e o planejamento e a avaliação devem refletir esses princípios para alcançar resultados bem-sucedidos e sustentáveis.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: FORMAÇÃO POR ÁREA DE CONHECIMENTO E INTERDISCIPLINARIDADE

A organização curricular da Educação do Campo é um elemento fundamental para garantir que essa modalidade educacional atenda às necessidades e realidades das populações rurais, incluindo agricultores, trabalhadores rurais, indígenas, quilombolas e outros grupos que vivem em áreas rurais.

A Educação do Campo busca proporcionar uma educação contextualizada, voltada para a vida no campo, considerando as práticas agrícolas, culturais e socioeconômicas das comunidades envolvidas.

Aqui estão alguns princípios e diretrizes que podem ajudar a organizar o currículo da Educação do Campo de maneira eficaz (Araújo; Barros, 2019):

CONTEXTUALIZAÇÃO E RELEVÂNCIA

A organização curricular deve refletir as realidades e necessidades das comunidades rurais, incluindo a agricultura, a cultura, os saberes tradicionais e as atividades econômicas predominantes.

INTEGRAÇÃO DE CONHECIMENTOS

O currículo deve integrar conhecimentos de diferentes áreas, ligando aspectos práticos, teóricos, culturais e sociais. Isso pode envolver projetos interdisciplinares que abordam questões reais das comunidades rurais.

DIÁLOGO DE SABERES

Reconheça e valorize os saberes locais e tradicionais presentes nas comunidades rurais, incorporando-os ao currículo. Isso promove a valorização da cultura local e fortalece a identidade dos alunos.

PEDAGOGIA PARTICIPATIVA

Adote abordagens pedagógicas participativas, como a metodologia da Educação Popular, que envolvam os alunos ativamente no processo de aprendizagem, incentivando a reflexão crítica e a participação na resolução de problemas locais.

CICLOS FORMATIVOS

Organize o currículo em ciclos que considerem as diferentes etapas da vida das pessoas no campo, como a infância, a adolescência e a vida adulta. Isso permite que a educação seja relevante em todas as fases da vida.

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Inclua elementos que promovam a consciência cidadã, a participação política e a compreensão dos direitos e deveres dos cidadãos rurais.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGROECOLOGIA

Integre conceitos de educação ambiental e agroecologia, incentivando práticas sustentáveis de uso da terra, preservação do meio ambiente e manejo responsável dos recursos naturais.

LÍNGUA E CULTURA

Valorize a língua e a cultura locais, bem como a diversidade étnica e cultural das comunidades rurais, incorporando-as ao currículo de maneira respeitosa e inclusiva. Ao integrar a cultura e a língua locais no currículo, a escola não apenas respeita e valida as identidades dos alunos, mas também utiliza essas práticas culturais como mediadoras do aprendizado. Isso torna o ensino mais significativo e relevante para os estudantes, facilitando a construção de conhecimentos que dialogam com suas experiências e promovem um desenvolvimento integral, além de respeitar e fortalecer suas identidades culturais.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EQUITATIVA

Garanta que a organização curricular seja sensível às necessidades de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências, e promova a igualdade de gênero e inclusão de grupos marginalizados.

AValiação FORMATIVA E CONTEXTUALIZADA

Utilize métodos de avaliação que considerem a realidade das comunidades rurais, incluindo tarefas práticas, projetos relacionados à agricultura e outros elementos relevantes para a vida no campo.

Lembre-se de que a organização curricular da Educação do Campo deve ser flexível e adaptável, permitindo ajustes com base no feedback da comunidade e nas mudanças das necessidades ao longo do tempo. A colaboração entre educadores, alunos, famílias e comunidade é crucial para o sucesso desse processo.

ESCOLA DO CAMPO E GESTÃO DEMOCRÁTICA

A gestão democrática é um princípio essencial para a educação do campo, pois permite que as comunidades rurais tenham voz ativa nas decisões relacionadas às escolas e ao processo educacional. Segundo Luck (2011):

Gestão é um processo de mobilização da competência e da energia de pessoas coletivamente organizadas para que, por sua participação ativa e competente, promovam a realização, o mais plenamente possível, dos objetivos de sua unidade de trabalho, no caso os objetivos educacionais. O entendimento do conceito de gestão, portanto, por assentar-se sobre a maximização dos processos sociais como força e ímpeto para a promoção de mudanças, já pressupõe, em si, a ideia de participação, isto é, do trabalho

associado e cooperativo de pessoas na análise de situações, na tomada de decisão sobre seu encaminhamento e na ação sobre elas, em conjunto, a partir de objetivos organizacionais entendidos e abraçados por todos (p. 21).

Ela visa promover a participação efetiva de todos os envolvidos - estudantes, pais, professores, funcionários e membros da comunidade - na tomada de decisões, na definição de políticas educacionais e na melhoria contínua do ambiente escolar.

Aqui estão algumas abordagens e postos-chave relacionados à gestão democrática em escolas do campo:

Quadro 13 – Estratégias de gestão democrática

PARTICIPAÇÃO ATIVA

Envolver todos os membros da comunidade escolar, incluindo estudantes, pais, professores e funcionários, nas decisões que afetam a escola. Crie espaços para diálogo e colaboração.

CONSELHOS ESCOLARES

Estabeleça conselhos escolares que representem diferentes grupos da comunidade e tenham poder de influenciar decisões sobre currículo, orçamento, projetos e outras questões relevantes.

PLANEJAMENTO COLETIVO

Promova o planejamento participativo, permitindo que as comunidades camponesas colaborem na definição de metas, prioridades e estratégias educacionais que se alinhem com suas realidades.

TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Mantenha um fluxo de informações transparente sobre as decisões tomadas, o uso de recursos e os resultados educacionais. Isso ajuda a construir confiança e responsabilidade.

RESPEITO À DIVERSIDADE

Reconheça a diversidade de perspectivas, saberes e valores presentes na comunidade do campo. Garanta que as decisões considerem as diferentes realidades e necessidades.

FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Ofereça formação e capacitação aos membros da comunidade escolar para que possam desempenhar papéis ativos na gestão e compreender melhor os aspectos educacionais.

AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA

Inclua a comunidade na avaliação do desempenho da escola, dos professores e do progresso dos alunos. Isso pode contribuir para ajustes contínuos e melhorias.

INCLUSÃO E EQUIDADE

Certifique-se de que a gestão democrática promova a inclusão de todos os grupos, evitando a marginalização de qualquer comunidade ou indivíduo.

TOMADA DE DECISÕES COLEGIADA

Decisões importantes devem ser tomadas de forma colaborativa, considerando diferentes perspectivas e chegando a um consenso quando possível.

CULTURA DE PARTICIPAÇÃO

Cultive uma cultura de participação ativa e de respeito pelas opiniões e contribuições de todos os envolvidos na comunidade escolar.

Fonte: Adaptado de Nascimento, 2020

Lembre-se de que a gestão democrática na educação do campo fortalece a qualidade do ensino ao envolver ativamente as comunidades na tomada de decisões, promovendo um senso de responsabilidade compartilhada e a construção coletiva de soluções. Esse processo empodera os participantes, tornando-os coautores das práticas educativas e das melhorias necessárias. No entanto, é preciso um esforço contínuo, com comunicação eficaz e o comprometimento de todos os envolvidos, garantindo que as decisões sejam refletidas nas necessidades e aspirações da comunidade, resultando em uma educação mais relevante e inclusiva.

UM POUCO MAIS SOBRE O CAMPO

Aqui estão alguns exemplos práticos de iniciativas e abordagens na Educação do Campo que ilustram como a educação é adaptada às realidades rurais:

Escolas Famílias Agrícolas (EFAs): As EFAs são instituições educacionais que oferecem uma abordagem de ensino baseada na Pedagogia da Alternância. Os estudantes passam parte do tempo na escola, onde recebem instrução formal, e parte do tempo em suas comunidades, aplicando os conhecimentos adquiridos na prática agrícola. Essas escolas integram saberes teóricos e práticos, proporcionando uma educação contextualizada.

Feiras de Conhecimento: Em algumas comunidades rurais, são organizadas feiras de conhecimento, onde os estudantes apresentam projetos relacionados à agricultura,

pecuária, sustentabilidade e outras áreas relevantes para suas vidas. Essas feiras promovem a troca de conhecimentos entre os estudantes, suas famílias e a comunidade em geral.

Aprendizado por Meio de Projetos: As escolas do campo frequentemente adotam abordagens de aprendizado baseadas em projetos, onde os estudantes escolhem tópicos de interesse e desenvolvem projetos práticos relacionados a eles. Isso estimula a autonomia, a criatividade e a aplicação dos conhecimentos no contexto rural.

Hortas e Jardins Escolares: Muitas escolas rurais possuem hortas e jardins pedagógicos. Os estudantes participam do cultivo de plantas, aprendem sobre práticas agrícolas sustentáveis e têm a oportunidade de compreender a importância da produção de alimentos.

Atividades de Agroecologia: A agroecologia é uma abordagem agrícola que busca promover a sustentabilidade e a harmonia com o ambiente. Nas escolas do campo, os estudantes podem aprender práticas de agroecologia, como manejo de solos, rotação de culturas e uso de biofertilizantes.

Mapeamento de Saberes Locais: Os estudantes podem ser incentivados a conduzir projetos de mapeamento dos saberes locais, entrevistando pessoas mais velhas da comunidade para registrar práticas tradicionais, histórias e conhecimentos sobre a agricultura e a vida rural.

Uso de Tecnologia Adaptada: Algumas iniciativas integram tecnologias de baixo custo e adaptadas à realidade rural, como sistemas de irrigação por gotejamento, uso de energia solar para eletrificação, e aplicativos para monitoramento climático e controle de pragas.

Envolvimento da Comunidade: A Educação do Campo muitas vezes envolve toda a comunidade, incluindo os pais, os agricultores locais, os líderes comunitários e os idosos. A colaboração entre esses grupos enriquece a experiência educacional e fortalece os laços entre escola e comunidade.

Resgate da Cultura Local: A valorização da cultura local é um aspecto importante da Educação do Campo. Atividades como festivais, contação de histórias, danças tradicionais e celebrações de datas importantes para a comunidade contribuem para a preservação das tradições e para a autoestima dos estudantes.

Acesso à Informação Digital: Algumas iniciativas visam proporcionar acesso à internet e a dispositivos digitais em áreas rurais, permitindo que os estudantes tenham acesso a recursos educacionais on-line, bem como informações sobre previsão do tempo, preços de produtos agrícolas, entre outros.

Esses exemplos demonstram como a Educação do Campo busca integrar os conhecimentos acadêmicos com as práticas rurais, valorizando a cultura local e promovendo o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.

Na perspectiva histórico-cultural, a educação do campo é entendida como um processo que deve ser profundamente contextualizado e integrado às realidades e práticas culturais das comunidades rurais. Essa abordagem valoriza a interação social e a mediação cultural, reconhecendo que o aprendizado é mais eficaz quando se conecta com a vida cotidiana dos alunos.

Assim, o currículo deve refletir e respeitar as tradições locais, a língua e os saberes da comunidade, utilizando esses elementos como ferramentas para promover um aprendizado significativo e relevante. A participação ativa dos alunos e da comunidade na construção do conhecimento é central, permitindo que a educação não apenas transmita conhecimentos, mas também fortaleça a identidade cultural e promova o desenvolvimento integral dos indivíduos, adaptando-se às suas necessidades e contextos específicos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, V. (org.). *História da educação e método de aprendizagem em ensino de história*. Palmas/TO: EDUFT, 2018.
- ARANHA, M. L. A. *História da educação e da pedagogia*. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARAÚJO, M. V.; BARROS, D. Formação de professores, currículo e práticas pedagógicas no município de Aquiraz. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, ano 4, ed. 5, v. 6, p. 56-201, maio 2019.
- ARROYO, M. G. Política de Formação de Educadores(as) do Campo. *Cadernos Cedes*, v. 27, n. 72, p. 157-176, 2007.
- BOCK, A. M. B. et al. (orgs.). *Psicologia sócio-histórica: contribuições à leitura de questões sociais*. São Paulo: EDUC: PIPEq, 2022.
- BRASIL. Lei nº 13.005/2014 - *Plano Nacional de Educação (PNE)*: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 08 ago. 2023.
- CALDART, R. S. *Educação do campo: notas para uma análise de percurso*. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, n. 1, v. 7, p. 35-64, mar./jun. 2009.
- CALDART, R. S. et al. (orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- CIAMPA, A. C. Identidade. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (orgs.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CONEXÃO ESCOLA. *Geografia – Relações entre o campo e a cidade e suas especificidades*. Disponível em: <https://sme.goiania.go.gov.br/conexaoescola/eaja/geografia-relacoes-entre-o-campo-e-a-cidade-e-suas-especificidades>. Acesso em: 01 ago. 2022.
- DUK, C. *Educar na diversidade: material de formação docente*. 3. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2006.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981.
- LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa, Portugal: Horizonte Universitário, 1978.
- LIBÂNEO, J. C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.
- LOPES, A. C. *Por um currículo sem fundamentos*. Linhas Críticas, n. 45, v. 21, p. 445–466, 2015.

- LÜCK, H. *A gestão participativa na escola*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- LUCKESI, C. C. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. São Paulo: Cortez, 1999.
- LURIA, A. R. *Curso de psicologia geral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- LUSTOSA, A. V. M. F. *Psicologia da Educação*. Teresina: EDUFPI/UAPI, 2010.
- MALUF, R. S.; FLEXOR, G. (orgs.). *Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas*. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.
- MATUOKA, I. *Um retrato dos desafios da Educação do Campo no contexto da pandemia*. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/um-retrato-dos-desafios-da-educacao-do-campo-no-contexto-da-pandemia/>. Acesso em: 08 ago. 2023.
- MOLINA, R. S. *História da Educação Agrícola no Brasil: educação do campo versus educação rural*. Revista de Educação PUC-Campinas. n. 3, v. 24, p. 463-476, 2019.
- MONTEIRO, A. R.; VERAS, A. T.R. *A questão habitacional no Brasil*. Mercator. Fortaleza, v. 16, e16015, p. 1-13, 2017.
- NASCIMENTO, F. S. S. *Gestão Escolar: a importância da gestão democrática e participativa nas escolas públicas brasileiras*. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. v. 7, p. 75-83, set. 2020.
- NETO, G. G.; SILVA, A. S.; LIMA, C. A. *Educação do campo e direitos humanos: um levantamento das produções científicas nos últimos vinte anos no Brasil*. Pesquisa em foco. n. 1, v. 22, 2017.
- NOSELLA, P. *Educação no campo : origens da pedagogia da alternância no Brasil*. Vitória : EDUFES, 2012.
- OXFORD LANGUAGES AND GOOGLE. *Dicionário de Português. Definições de Oxford Languages*. 2021.
- PEREIRA, J. P. R. *Concepções de Natureza da Ciência, Educação Científica e Conhecimentos Tradicionais de estudantes ao Longo de um curso de Licenciatura Intercultural Indígena*. 2016. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Feira de Santana, 2016.
- PRESTES, Z. R. *Quando não é quase a mesma a coisa: análise de traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil: repercussões no campo educacional*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- QUEIROZ, J. B. P. *A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo*. Revista NERA. Presidente Prudente, n. 18, p. 37-46, jan./jun. 2011.

SANTOS, B. S. *A contribuição da Pedagogia da Alternância para permanência do jovem rural no campo: a EFA de Correntina (BA)*. ReDiPE: Revista Diálogos e Perspectivas em Educação. n. 2, v. 2, p. 197-212, 2020.

SANTOS, J. A.; BORBA, S. I. *Cultura Campesina: um enfoque sobre a negação da identidade do sujeito do Campo no livro didático de Arte*. Diversitas Journal. n. 1, v. 6, p. 1428-1445, 2021.

SOUZA, M. A. *Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica*. Educ. Soc. Campinas, n. 105, v. 29, p. 1089-1111, set./dez. 2008.

TAVARES, R. C. *A abordagem Sócio-Histórica*. 2018. Disponível em: <https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17972/material/A%20Rela%C3%A7%C3%A3o%20indiv%C3%ADduo%20e%20sociedade%20-%20teoria%20socio-hist%C3%B3rica%20de%20Vigotski.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

TEIXEIRA, E. S.; BERNARTT, M. DE L.; TRINDADE, G. A.. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e Pesquisa**, v. 34, n. 2, p. 227-242, maio 2008.

VALLE, L. *6 links para conhecer a pedagogia da alternância*. 2021. Disponível em: <https://www.institutoclaro.org.br/educacao/nossas-novidades/noticias/6-links-para-conhecer-a-pedagogia-da-alternancia/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

VIERO, J; MEDEIROS, L. M. *Princípios e concepções da educação do campo*. 1. ed. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

OUTROS SITES E REFERÊNCIAS

MST - *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Disponível em: <http://www.mst.org.br/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

Revista Brasileira de Educação do Campo: Publicação científica que aborda estudos sobre Educação do Campo. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/educamos>.

UNESCO - *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura*. Disponível em: <https://pt.unesco.org/>.

Documento "Por uma Educação do Campo": Disponível em: <https://mst.org.br/download/por-uma-educacao-do-campo-campo-politicas-publicas-educacao/>.

SOBRE A AUTORA

Gizelly de Carvalho Martins

Psicóloga, mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Especialista em Educação em Saúde pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA em parceria com a Universidade do Estado de São Paulo - USP. Especialista em Gestão de Pessoas e Recursos Humanos pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas - CIESA. Atualmente é Professora da Escola Superior de Ciências da Saúde da Universidade do Estado do Amazonas no curso de Medicina.